



Gerson F. de Arruda Júnior
José Marcos G. de Luna

FILOSOFIA em QUESTÕES

Enade 2005 de Filosofia

Soluções e Comentários das Questões
Específicas do Bacharelado em Filosofia



O ENADE proporciona ao professor repensar sua compreensão do processo de avaliação dentro de um novo marco no qual a coerência e a coesão se coloca em estreita sintonia face a relação: problema, texto de referência, contextualização e resposta. Dentro deste novo horizonte, no qual, a Filosofia após 04 avaliações do ENADE (2005, 2008, 2011 e 2014), se situa, eis que o Curso de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, através do esforço de seu corpo docente, especialmente nas pessoas dos Professores Gérson Júnior e José Marcos, nos apresenta sua contribuição, ao seu próprio corpo docente e discente, em especial, e a toda comunidade da filosofia, em geral, ao tornar público este livro de questões, que enquanto subsídio didático-pedagógico será, com certeza, muito útil no dia-dia docente e discente.



9 788556 966247

Filosofia em Questão
(Enade de Filosofia - 2005)



SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Diretores da Série:

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa (UNICAP)

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Comitê Editorial Científico:

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa (UNICAP)

Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima (UNICAP)

Prof. Dr. Georg Sans SJ (Hochschule für Philosophie/München)

Prof. Dr. Karl-Heinz Efken (UNICAP)

Prof. Dr. Joao Alberto Wohlfart (FABE)

Prof. Dr. José Pinheiro Pertille (UFRGS)

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos (UFPE)

Prof. Dra. Maria da Conceição Bizerra (UNICAP)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi (UBA- Argentina)

Prof. Dr. Paulo Roberto Konzen (UNIR)

Prof. Dra. Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles (UFPE)

Filosofia em Questão

(Enade de Filosofia - 2005)

**Soluções e Comentários das
Questões Específicas do Bacharelado em Filosofia**

Gerson F. de Arruda Júnior
José Marcos G. de Luna



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS - 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ARRUDA JÚNIOR, Gerson F. de; LUNA, José Marcos G. de

Filosofia em Questão (Enade de Filosofia - 2005): soluções e Comentários das Questões Específicas do Bacharelado em Filosofia [recurso eletrônico] / Gerson F. de Arruda Júnior; José Marcos G. de Luna -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

90 p.

ISBN - 978-85-5696-624-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Enade. 2. Prova. 3. Avaliação. 4. Comentário. 5. Educação. I. Título. II. Série.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Sumário

Introdução	9
Questão 11	11
Questão 12.....	17
Questão 13.....	20
Questão 14	26
Questão 15.....	28
Questão 16.....	30
Questão 17.....	33
Questão 18	36
Questão 19.....	39
Questão 20	43
Questão 21.....	46
Questão 22	49
Questão 23	52
Questão 24	56
Questão 25	59
Questão 26	62
Questão 27	65
Questão 28	68
Questão 29	70
Questão 30	74
Questão 31.....	77
Questão 32	80
Questão 33	81
Questão 34	83
Questão 35	86
Referências	88

Introdução

*Gerson Júnior
José Marcos*

É com imensa alegria que apresentamos aos nossos leitores mais um número da série *Filosofia em Questões*. A prova considerada neste número é a prova do Enade de Filosofia, realizada no ano de 2005.

Várias observações de caráter técnico-acadêmico podem ser feitas sobre essa prova. Em primeiro lugar, destacamos o fato de que ela tem o mérito de ter sido a primeira prova do Enade de Filosofia. É com ela, portanto, que se inicia o ciclo do *Exame Nacional de Desempenho de Estudantes* dos cursos de Filosofia no Brasil.

Em segundo lugar, salientamos que nessa primeira prova do Enade houve uma distribuição igualitária dos conteúdos das questões, pelo menos no que diz respeito aos períodos da história da filosofia. Isso implica dizer que, nesse exame, nenhum período da história da filosofia foi mais privilegiado do que outro. Constata-se claramente isso quando se percebe que as 25 questões da prova estão distribuídas da seguinte maneira:

- 5 questões de Filosofia Antiga;
- 5 questões de Filosofia Medieval;
- 5 questões de Filosofia Moderna;
- 5 questões de Filosofia Contemporânea;
- 5 questões de Lógica.

Outro item que merece ser ressaltado, em terceiro lugar, é o fato de haver uma nítida opção por um modelo específico de apresentação das questões. Como já pontuamos na introdução do volume da série que considera o Enade de Filosofia de 2008, há basicamente três modelos de questões nas provas do Enade, a saber:

Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<p>TEXTO INTRODUTÓRIO Considerando o texto apresentado, é certo o que se afirma em:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) xxxxxxxx b) xxxxxxxx c) xxxxxxxx d) xxxxxxxx e) xxxxxxxx 	<p>TEXTO INTRODUTÓRIO Tendo presente o texto apresentado, considere as proposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. xxxxxxx II. xxxxxxx III. xxxxxxx IV. xxxxxxx V. xxxxxxx <p>Agora julgue: é correto apenas o que se afirma em:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. I, II e V. b. I e IV. c. III e II. d. II e V. e. III e IV. 	<p>TEXTO INTRODUTÓRIO Com base no texto apresentado, considere as seguintes proposições:</p> <p style="text-align: right;">(Proposição-1)</p> <p style="text-align: center;">Porque</p> <p style="text-align: right;">(Proposição-2)</p> <p>Agora Julgue as asserções:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Proposição-1 é V e a Proposição-2 fundamenta a proposição-1. b) Proposição-1 é verdadeira, mas a proposição-2 não fundamenta a proposição-1. c) Proposição-1 é F e a Proposição-2 fundamenta a proposição-1. d) As proposições 1 e 2 são V. e) As proposições 1 e 2 são F.

No Enade de Filosofia do ano de 2005, das 25 questões propostas, **5** são apresentadas no *Modelo 1*, **14** são apresentadas no *Modelo 2*, e **6** são apresentadas no *Modelo 3*. Sendo assim, percebe-se uma nítida a opção por um dos modelos apresentados.

Por fim, em quarto lugar, um detalhe não tão grave, mas que tem a sua relevância no âmbito de uma avaliação nacional de um curso superior, é o de que no Enade de Filosofia de 2005 uma questão foi anulada, ao que tudo indica por má elaboração do enunciado ou por haver alguma discrepância no entendimento da formulação da questão e a resposta que se pretendia alcançar.

Desse modo, esperamos que o presente número atinja os objetivos para os quais ele foi planejado, dando continuidade à série *Filosofia em Questões*: provocar a reflexão para buscar um modelo avaliativo didático-pedagógico mais eficiente e extrair boas lições, tanto da releitura das questões/respostas quanto da leitura comparada, das edições do Enade de Filosofia.

A todos, desejamos a todos uma boa leitura.

Questões

Questão 11

Suponha que um jornalista econômico tenha escrito o seguinte comentário: “O ministro afirma que a economia vai bem, apesar da crise política. Mas ele não é um economista e, além do mais, tem interesse em apresentar uma imagem positiva do país aos investidores. Logo, não é verdade que a economia vai bem”. Julgue os itens abaixo, relativos ao raciocínio apresentado pelo jornalista.

- (I) É um exemplo de generalização apressada.
- (II) É um argumento inválido.
- (III) É uma falácia, não um argumento.
- (IV) É um argumento *ad hominem*.
- (V) É um exemplo de apelo à autoridade.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.**
- c) II e V.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (b), pois o raciocínio apresentado no enunciado é um argumento falacioso, e a falácia utilizada é nitidamente a do Argumentum Ad Hominem, visto que o fato de o ministro não ser economista não implica dizer que o que ele disse sobre a economia do país não seja verdadeiro. Ou seja, sua condição de não economista não tem qualquer relevância lógica para a pertinência ou veracidade da sua conclusão sobre a economia do país.

Falácias são formas de raciocínio, mas de raciocínio inválido. Elas ocorrem quando se apresenta um argumento que aparentemente é válido, mas que, quando examinado e analisado

cuidadosamente, não o é. Ou seja, a conclusão apresentada por um raciocínio falacioso aparenta ser sustentada pelas razões apresentadas nas premissas, mas, de fato, tais razões não a sustentam logicamente. No geral, as falácia são cometidas propositadamente, com o intuito de enganar e ludibriar.

As falácia estão divididas em dois grupos: as Formais e as Não-Formais (ou Informais). As falácia Formais ocorrem quando o erro do raciocínio tem a ver com a forma lógica. Portanto, ocorrem quando certos padrões de inferências lógicas válidas são infringidos. Já as Não-Formais, por sua vez, não têm a ver unicamente com a forma lógica, mas são falácia causadas por um descuido ou pela falta de atenção no tratamento dado a um determinado tema, ou então porque se é enganado por alguma ambiguidade no próprio uso da linguagem durante a formulação de um argumento. Ao contrário das falácia Formais, que são mais fáceis de identificar, as falácia Informais podem ser de difícil identificação.

São muitos os casos de falácia Não-formais, e eles podem ser classificados em vários tipos. Os mais comuns são:

- Ad Hominem (*ataque ao homem ou contra o homem*)
- Ad Misericordiam (*apelo à misericórdia, pena*)
- Ad Ignorantium (*apelo à ignorância*)
- Ad Veracundiam (*apelo à autoridade*)
- Generalização Apressada
- Equívoco

A falácia Ad Hominem, chamada também de Argumentum Ad Hominem, consiste em atacar o oponente de forma pessoal, geralmente por meio de insultos ou denegrindo a sua reputação, para diminuir ou mesmo desacreditar na força de seu argumento. Ou seja, tal falácia ocorre “quando, em vez de refutar a verdade do que se afirma, ataca-se o homem que fez a afirmação” (COPI, 1978, p.75). Essa maneira de argumentação se torna falaciosa porque, qualquer que seja o caráter de uma pessoa, ele é logicamente irrelevante para determinar a correção de um raciocínio ou até mesmo a veracidade

de algo. Por exemplo, uma falácia desse tipo ocorreria quando alguém dissesse que não aceita a conclusão de uma outra pessoa sobre determinado assunto, com respeito ao rumo político do Brasil, por exemplo, porque essa pessoa foi infiel à sua mui digna esposa.

A falácia Ad Misericordiam (apelo à misericórdia) ocorre quando se recorre à piedade, ao sentimento de compaixão, para se conquistar a simpatia ou a ligação emocional e sentimental das pessoas com a conclusão, de modo que elas fiquem mais suscetíveis para aceitar tal conclusão. Exemplo: “Um jovem foi julgado por um crime particularmente brutal: o assassinato de seus pais, com um machado. Diante de provas esmagadoras, solicitou piedade do tribunal porque era órfão” (COPI, 1978, p.79).

A falácia Ad Ignorantium (apelo à ignorância) consiste em concluir que algo é falso só porque sua veracidade não pode ser provada, ou que algo é verdadeiro só porque não pode ser provado como falso. Ou seja, trata-se de uma maneira de argumentar em que se recorre à falta de evidências ou dados comprobatórios para se afirmar a veracidade ou falsidade de uma dada conclusão. Exemplo: Como nunca provaram que não existe vida humana em outro planeta, então ela deve existir.

A falácia Ad Veracundiam (apelo à autoridade) é cometida quando procuramos abalizar um argumento dado recorrendo à opinião ou comentários de alguma autoridade, ou mesmo a uma determinada pessoa que goze de certa consideração pública, fora de sua área de competência ou especialidade. Exemplo: “Stephen Hawking falou que a cada lata de cerveja que alguém bebe, terá sua vida reduzida em, pelo menos, 3 dias”.

A falácia da Generalização Apressada ocorre quando se utiliza de resultados obtidos em casos particulares e os aplica para justificar outros casos semelhantes. Exemplo: Meu melhor amigo tem dor de cabeça crônica. O tio de minha vizinha também tem uma dor de cabeça crônica e descobriu que o motivo é um câncer. Logo, meu melhor amigo tem câncer.

A falácia de Equívoco é cometida quando, num mesmo argumento, se usa palavras ou expressões linguísticas com sentidos diferentes. Exemplo: “No reino animal, somente o homem é um ser falante. Ora, nenhuma mulher é homem. Portanto, nenhuma mulher é falante”.

Há muitas outras falácias. Porém, não nos é possível relacionar todas aqui. Contudo, para o nosso propósito, a exposição acima é suficiente para justificarmos porque a resposta correta da questão é a alternativa (b).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque não temos um exemplo de Generalização Apressada, e porque o comentário que constitui a questão é um argumento, pois toda a falácia é um argumento, ainda que inválido;
- a alternativa (c) é incorreta porque, apesar de ser um argumento inválido, a falácia envolvida não é a de apelo à autoridade;
- a alternativa (d) é incorreta porque, por ser uma falácia Ad Hominem, o comentário que constitui a questão é, também, um argumento, pois, toda a falácia é um argumento, ainda que inválido;
- a alternativa (e) é incorreta porque só temos um tipo de falácia envolvido no comentário que constitui a questão, e essa falácia é Ad hominem e não um apelo à autoridade.

Questão 12

A partir da premissa “é verdade que algum pássaro não voa”, obtém-se, por inferência imediata, a conclusão que se segue.

“É falso que todo pássaro voe”

porque

a premissa afirma a verdade de uma proposição particular negativa, e a conclusão expressa que a respectiva contrária é falsa, o que está de acordo com as leis do quadro de oposições.

Considerando as leis do quadro de oposição entre proposições categóricas e as inferências imediatas autorizadas por esse quadro, assinale a opção correta a respeito dessas asserções.

- a) As duas asserções são verdadeiras, sendo a segunda uma justificativa da primeira.
- b) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda não é justificativa da primeira.
- c) **A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira asserção quanto a segunda são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (c), pois a primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

Nesta questão, como se pode ver, duas proposições categóricas são consideradas no enunciado: uma proposição particular negativa (tipo O): “é verdade que algum pássaro não voa”, concebida como verdadeira; e uma proposição universal afirmativa (tipo A): “É falso que todo pássaro voe”, concebida como falsa:

A proposição “é verdade que algum pássaro não voa” é dada na questão como premissa, e pede-se que se considere, a partir dela, a seguinte conclusão: “É falso que todo pássaro voe” porque a premissa afirma a verdade de uma proposição particular negativa, e a conclusão expressa que a respectiva contrária é falsa, o que está de acordo com as leis do quadro de oposições”.

Na verdade, o que a questão solicita de fato é que consideremos as duas asserções ligadas pela expressão “porque” – primeira asserção: “É falso que todo pássaro voe”; segunda asserção: “a premissa afirma a verdade de uma proposição particular negativa, e a conclusão expressa que a respectiva contrária é falsa, o que está de acordo com as leis do quadro de oposições” – e determinemos a veracidade ou a falsidade de cada uma delas.

A primeira asserção da conclusão, a proposição “É falso que todo pássaro voe”, é claramente verdadeira porque, tendo a proposição “é verdade que algum pássaro não voa” como premissa, e sendo ela uma proposição particular negativa (tipo O), com valor de verdade V, pela inferência das relações lógicas do quadrado de oposições, a sua contradição será falsa. Portanto, “É falso que todo pássaro voe” é verdadeira.

Contudo, a segunda asserção da conclusão, “a premissa afirma a verdade de uma proposição particular negativa, e a conclusão expressa que a respectiva contrária é falsa, o que está de acordo com as leis do quadro de oposições”, é falsa porque, apesar de a premissa dada afirmar a verdade de uma proposição particular negativa, a segunda asserção da conclusão não é verdadeira porque, dadas as leis de inferências do quadrado de oposições, a relação lógica entre a premissa e a conclusão é de contraditoriedade, e não de contrariedade, como informado na questão, uma vez que trata da oposição entre uma proposição particular negativa (tipo O) e uma proposição universal afirmativa (tipo A).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque nem as duas asserções não são verdadeiras, nem a segunda é uma justificativa da primeira;
- a alternativa (b) é incorreta porque nem as duas asserções não são verdadeiras, nem a segunda não é uma justificativa da primeira;
- as alternativas (d) e (e) são incorretas porque a primeira asserção é verdadeira, e a segunda, falsa.

Questão 13

Nas opções abaixo, ‘ \rightarrow ’ representa o condicional material (se...então...), ‘ \vee ’ representa a disjunção (ou um, ou outro, ou ambos) e ‘ \neg ’ representa a negação (não). Com o auxílio de tabelas veritativas, examine a seguinte fórmula: ‘ $(p \rightarrow q) \vee (\neg q \vee p)$ ’ e, a seguir, assinale a opção correta.

- a) A fórmula é uma contingência, e ‘ $\neg q \vee p$ ’ só é falsa na 3.^a linha, de cima para baixo.
- b) A fórmula é uma tautologia, e ‘ $p \rightarrow q$ ’ só é falsa na 2.^a linha, de cima para baixo.**
- c) A fórmula é uma disjunção tautológica cujos membros são ambos tautológicos.
- d) A fórmula é uma contradição.
- e) A fórmula é mal formada.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (b), pois a fórmula é uma tautologia, e ‘ $p \rightarrow q$ ’ só é falsa na 2.^a linha, de cima para baixo. Para entendermos melhor isso, consideremos a construção da Tabela de Verdade da expressão lógica indicada na questão.

A Tabela Veritativa, como também é chamada, consiste numa pequena tabela, constituída de linhas e colunas, na qual se testa todas as combinações possíveis dos valores de verdade das proposições elementares com o intuito de saber, em cada um desses casos, se proposição complexa seria verdadeira ou falsa.

Como exemplo, descreveremos a Tabela Verdade de cada uma dos conectivos lógicos utilizados na Lógica Proposicional, indicando as regras lógicas que determinam as respectivas operações realizadas por cada uma delas.

a) Tabela Verdade da NEGAÇÃO (\neg ou \sim)

O conectivo lógico da Negação opera sobre uma proposição invertendo o seu valor de verdade. Se tivermos uma dada proposição “P”, a sua negação é “ $\sim P$ ” (lê-se: “não P”), e sua Tabela Verdade será:

P	$\sim P$
V	F
F	V

b) Tabela Verdade da CONJUNÇÃO (\wedge)

Segundo as determinações da regra que governam a operação lógica da conjunção, uma proposição complexa regida pelo conectivo lógico “e” será verdadeira apenas se as duas proposições elementares que a compõem também forem verdadeiras. Caso contrário, a proposição complexa será falsa.

Assim, a conjunção $P \wedge Q$ (lê-se: “P e Q”) terá como Tabela Verdade:

P	Q	$P \wedge Q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

c) Tabela Verdade da DISJUNÇÃO (\vee)

A regra lógica da disjunção “ \vee ” é simples. Uma proposição complexa regida pela disjunção será verdadeira quando ao menos uma das proposições elementares que a compõem for verdadeira. Caso contrário, a proposição complexa será falsa.

Assim, a disjunção $P \vee Q$ (lê-se: “P ou Q”) terá a seguinte Tabela Verdade:

P	Q	$P \vee Q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

d) Tabela Verdade da CONDICIONAL (\rightarrow)

Considerando as regras lógicas, uma proposição complexa regida pelo conectivo lógico condicional é falsa apenas neste caso: se o antecedente (proposição antes do conectivo) for verdadeiro e o consequente (proposição depois do conectivo) for falso. Nos demais casos, a proposição condicional será verdadeira.

Assim, a Tabela Verdade da proposição complexa condicional $P \rightarrow Q$ (lê-se: “se P , então Q ”, ou, o que é mais comum, “ P implica Q ”), será:

P	Q	$P \rightarrow Q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

e) Tabela Verdade da BI-CONDICIONAL (\leftrightarrow)

Uma proposição complexa regida pelo conectivo bi-condicional só é verdadeira quando ambas as proposições elementares que a compõem forem verdadeiras, ou quando ambas forem falsas.

Assim, a Tabela Verdade da bi-condicional $P \leftrightarrow Q$ (lê-se: “ P se, e somente se, Q ”, ou, mais comumente: “ P equivale a Q ”) será:

P	Q	$P \leftrightarrow Q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Quando falamos de Tabela Verdade é comum fazermos a distinção entre Tautologia, Contingência e Contradição.

A **Tautologia** ocorre quando todas as combinações possíveis dos valores de verdade de uma determinada expressão lógica forem Verdadeiras. Por exemplo, $\sim(P \wedge \sim P)$.

P	$\sim P$	$P \wedge \sim P$	$\sim(P \wedge \sim P)$
V	F	F	V
V	F	F	V

A **Contradição**, por sua vez, ocorre quando todas as combinações possíveis dos valores de verdade de uma determinada expressão lógica forem Falsas. Por exemplo, $(P \wedge \sim P)$.

P	$\sim P$	$P \wedge \sim P$
V	F	F
V	F	F

A **Contingência** ocorre quando, na totalidade das combinações possíveis dos valores de verdades de uma expressão lógica, tal expressão é verdadeira, em alguns casos, e falsa noutras. Por exemplo, a expressão $P \vee Q$.

P	Q	$P \vee Q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Contudo, a questão solicita que examinemos, com o auxílio de tabelas veritativas, a seguinte fórmula lógica: “ $(p \rightarrow q) \vee (\neg q \vee p)$ ”. A tabela poderá ser feita por partes, dado que a fórmula lógica sob análise é formada pela disjunção de duas outras subfórmulas: “ $(p \rightarrow q)$ ” e “ $(\neg q \vee p)$ ”. Assim, segue a Tabela Verdade da primeira subfórmula $(p \rightarrow q)$:

P	Q	$P \rightarrow Q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Em segundo lugar, façamos a Tabela Verdade da segunda subfórmula ($\neg q \vee p$):

P	Q	$\neg Q$	$\neg Q \vee P$
V	V	F	V
V	F	V	V
F	V	F	F
F	F	V	V

Por fim, analisemos a fórmula completa da questão, $(p \rightarrow q) \vee (\neg q \vee p)$:

$p \rightarrow q$	$\neg q \vee p$	$(p \rightarrow q) \vee (\neg q \vee p)$
V	V	V
F	V	F
V	F	V
V	V	V

Porém, tudo isso pode ser feito numa única Tabela:

P	Q	$p \rightarrow q$	$\neg q$	$\neg q \vee p$	$(p \rightarrow q) \vee (\neg q \vee p)$
V	V	V	F	V	V
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	F	V
F	F	V	V	V	V

Desse modo, como todos os valores da Tabela são verdadeiros, a expressão é uma Tautologia. Além disso, verifica-se também que a tabela da expressão $p \rightarrow q$ só é falsa na 2.^a linha, de cima para baixo, conforme tabela da condicional acima apresentada. Portanto, a resposta correta da questão é a alternativa (b).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque a fórmula não é uma contingência, embora a expressão ‘ $\neg q \vee p$ ’ realmente seja falsa na 3.^a linha, de cima para baixo;
- a alternativa (c) é incorreta porque, embora a fórmula de fato seja uma disjunção tautológica, os membros são tautologias;
- as alternativas (d) e (e) são incorretas porque a fórmula não é uma contradição nem uma fórmula mal formada.

Questão 14

Considerando-se que, no cálculo de predicados, as funções proposicionais não têm valor de verdade, uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio de

- (I) tradução da função proposicional em linguagem de primeira ordem.
- (II) substituição das variáveis livres por constantes.
- (III) substituição das constantes por variáveis livres.
- (IV) quantificação das variáveis livres.
- (V) eliminação dos quantificadores universais.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.**
- e) III e V.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (d), uma vez que os itens (II) e (IV) são verdadeiros. E isso pode ser constatado quando consideramos o ponto central da questão, que é o de descrevermos por que meios é que uma função proposicional pode ser transformada em proposição.

Há, basicamente, duas maneiras de transformar uma função proposicional em proposição. Essas duas maneiras são, precisamente, a descrição de dois dos cinco itens da questão que devem ser considerados como certos na questão:

1. A primeira maneira é substituindo a Variável Livre por uma Constante Individual. Nesse caso, dado que as constantes individuais representam nomes, o resultado da substituição de uma Variável Livre por uma dessas Constantes é uma Proposição Atômica.

2. A segunda maneira, por sua vez, é quantificando a Variável Livre, pois, desse modo, a fórmula lógica que a possui passa a ser Proposição Geral.

Diante disso, podemos julgar os itens I-V da questão:

- o item (I), que admite que uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio da “*tradução da função proposicional em linguagem de primeira ordem*”, é **falso** porque a função proposicional aqui considerada já é uma linguagem de primeira ordem;
- o item (II), que admite que uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio da “*substituição das variáveis livres por constantes*”, é **verdadeiro** porque é uma das maneiras pelas quais uma função proposicional pode ser transformada em uma proposição;
- o item (III), que admite que uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio da “*substituição das constantes por variáveis livres*”, é **falso** porque tal substituição geraria funções proposicionais e não proposições;
- o item (IV), que admite que uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio de “*quantificação das variáveis livres*”, é **verdadeiro** porque é uma das maneiras pelas quais uma função proposicional pode ser transformada em uma proposição;
- o item (V), que admite que uma função proposicional pode ser transformada em proposição por meio de “*eliminação dos quantificadores universais*”, é **falso** porque uma função proposicional não tem quantificador para ser eliminado.

Uma vez que os itens (II) e (IV) são os únicos verdadeiros, a resposta correta da questão é a alternativa (d).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é falsa porque, apesar do item (II) ser verdadeiro, o item (I) é falso;
- a alternativa (b) é falsa porque os itens (I) e (III) são falsos;
- a alternativa (c) é falsa porque, apesar do item (II) ser verdadeiro, o item (III) é falso;
- a alternativa (e) é falsa porque os itens (III) e (V).

Questão 15

Considerando-se conhecimentos de lógica e de história da filosofia, analise os itens seguintes.

- (i) Todos os médicos são mortais.
- (ii) Platão, autor da República, é mortal.
- (iii) Platão é um médico.

É correto afirmar que o item (iii), no contexto acima, é

- a) uma proposição falsa.**
- b) um argumento silogístico.
- c) um argumento válido.
- d) uma proposição inválida.
- e) um sofisma.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (a), dado que o item (iii) é uma proposição falsa, uma vez que Platão foi um filósofo e não um médico.

Uma leitura atenta do enunciado da questão já nos direciona para a resposta correta. É-nos pedido que analisemos os “itens seguintes”. Não nos é pedido para analisarmos um argumento ou coisa parecida. Devemos, portanto, considerar e analisar apenas os “itens”. Depois, e de modo mais específico, é-nos pedido que consideremos apenas um deles, o item (iii), a saber, “Platão é um médico”. Portanto, não se trata de uma análise de argumento ou de um silogismo ou de um sofisma, como, à primeira vista, poder-se-ia imaginar, dado que, na questão, os itens (i), (ii) e (iii) estão apresentados em forma de um argumento ou silogismo.

Assim, confirma-se o fato de que a resposta correta da questão é a alternativa (a).

Por conseguinte:

- as alternativas (b), (c), (e) são incorretas porque, como visto, não se trata da análise de um argumento, e sim de uma proposição;
- a alternativa (d) é incorreta porque uma proposição é falsa ou verdadeira, não existe proposição inválida. Validade e invalidade são propriedades de argumentos, e não de proposições.

Questão 16

Pois o que diz Demócrito? Que existem substâncias em número infinito que se chamam átomos, porque eles não podem se dividir (...); impassíveis, que se movem dispersas aqui e ali, no vazio infinito; e quando elas se aproximam uma das outras, ou se associam e combinam, de tais associações um aparece água, o outro o fogo, o outro árvore, o outro homem (...).

(Plutarco. **Contra Colotes**).

Leucipo de Eléia (...) aprendeu filosofia diretamente de Parmênides, mas não adotou o pensamento de Parmênides e de Xenófanes sobre as coisas existentes, e seguiu, ao contrário, parece-me, um caminho oposto. Pois – enquanto os dois faziam do todo um ser um, imóvel, não-engendrado e limitado, e concordavam em pensar que não era necessário especular sobre o não-ser –, Leucipo formulou a hipótese de que os átomos são os elementos ilimitados e sempre em movimento (...). Ele diz que a substância dos átomos (...) é o ser, e que ela se desloca no vazio, que ele chamava não-ser (...).

(Simplício. **Comentário sobre a física de Aristóteles**).

Tendo como base a doutrina de Parmênides de Eléia e as doxografias de Plutarco e de Simplício sobre Leucipo e Demócrito, julgue os itens a seguir.

- (I) Para Leucipo e Demócrito, os átomos podem explicar o devir dos corpos sensíveis.
- (II) Os átomos devem sofrer alteração para poder explicar o devir dos corpos sensíveis.
- (III) Se os átomos são infinitos em número e sendo o vazio também infinito, então, segundo essa concepção, o universo é infinito.
- (IV) Para Parmênides, o não-ser é o vazio, é o nada.
- (V) Para Leucipo, o vazio também é ser.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.**
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (b), uma vez que apenas os itens (I) e (III) são verdadeiros. Para entendermos melhor essa resposta, precisamos considerar, além dos dois fragmentos postos no próprio enunciado da questão, o pensamento filosófico de Parmênides.

A doutrina de Parmênides de Eleia é clássica na história do pensamento filosófico e trata especificamente da questão de saber qual é o estatuto ontológico do Ser ou daquilo que, de fato, é.

Para Parmênides, o Ser é único, imóvel e infinito; é a realidade verdadeira, sempre idêntica a si mesma. A ideia que subjaz a essa concepção é a de um monismo ontológico, ou seja, a de que existe uma realidade única onde “tudo permanece”.

Sendo imutável, os conceitos de mudança e movimento estão excluídos dessa única e imutável a realidade, pois “o Ser é e não pode não-ser, e o não-ser não é e não pode ser”. Isso implica dizer que a aparência sensível do mundo, a assim chamada “realidade” dos fenômenos, não existe. Toda mudança que ocorre no âmbito fenomênico é pura aparência, mera ilusão, pois, nada do que é mutável é verdadeiro: o não-ser não é.

Dito isso, julguemos os itens I-V da questão:

O item (I), “Para Leucipo e Demócrito, os átomos podem explicar o devir dos corpos sensíveis” é **verdadeiro** porque, tanto para Demócrito quanto para Leucipo, os átomos se movem no vazio e isso é o que causa as mudanças dos corpos sensíveis.

O item (II), “Os átomos devem sofrer alteração para poder explicar o devir dos corpos sensíveis” é **falso** porque, de fato, de acordo com Demócrito e Leucipo, os átomos são infinitos e as

mudanças dos corpos sensíveis são causadas pela junção e separação de átomos, e não porque eles sofrem alguma alteração.

O item (III), “Se os átomos são infinitos em número e sendo o vazio também infinito, então, segundo essa concepção, o universo é infinito”, é **verdadeiro** porque, do ponto de vista do materialismo de Demócrito e de Leucipo, o universo é infinito devido ao fato de átomos infinitos se moverem em um vazio infinito.

O item (IV), “Para Parmênides, o não-ser é o vazio, é o nada” é **falso** porque, de acordo com Parmênides, o não-ser não é, nem mesmo o vazio ou o nada.

O item (V), “Para Leucipo, o vazio também é ser”, é **falso** porque, para Leucipo, a substância dos átomos é o ser, e tal substância se desloca no vazio, que ele chamava não-ser. Portanto, o vazio é não-ser.

Assim, dado que apenas os itens (I) e (III), a resposta correta da questão é a alternativa (d).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, apesar do item (I) ser verdadeiro, o item (II) é falso;
- a alternativa (c) é incorreta porque, apesar do item (III) ser verdadeiro, o item (II) é falso;
- a alternativa (d) é incorreta porque, apesar do item (III) ser verdadeiro, o item (IV) é falso;
- a alternativa (e) é incorreta porque os itens (IV) e (V) são falsos.

Questão 17

— Que responda esse honrado homem que não acredita que algo seja belo em si, nem exista nenhuma ideia de um belo em si, sempre idêntica a si mesma, mas que reconhece muitas coisas belas – esse amante dos espetáculos – que não aceita que lhe digam que o belo é um só, e o justo, e do mesmo modo as outras realidades. Ora, dentre estas coisas, diremos que, das muitas que são belas, acaso haverá alguma que não pareça feia? E das justas, uma que não pareça injusta? E, das santas, uma que não pareça ímpia?

— Não, é forçoso que as mesmas coisas pareçam belas e feias, tal como as outras de que falas.

(Platão. **República**. (com adaptações)).

Com base nesse texto de Platão, analise as asserções a seguir.

As coisas parecem ser o que são e o seu contrário

porque

as muitas coisas são idênticas a si mesmas.

Assinale a opção correta a respeito dessa afirmação.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) **A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) As duas asserções são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (c) porque, de acordo com a filosofia platônica, a proposição “As coisas parecem ser o que são e o seu contrário” é verdadeira devido às suas imperfeições, e a proposição “as muitas coisas são idênticas a si mesmas” é falsa porque somente as ideias são idênticas a si mesmas.

Como se sabe, a metafísica assumida por Platão é dualística, e consiste basicamente na distinção entre dois mundos: o **mundo ideal** e o **mundo material**. O mundo ideal é o mundo no qual se encontram as Ideias ou Formas de todas as coisas que existem no mundo material. Trata-se, portanto, de um mundo inteligível, eterno, perfeito. É o mundo da singularidade e da unidade, localizado fora do espaço e do tempo, onde estão as essências imateriais e eternas que dão formas às coisas materiais. Tais essências são alcançadas exclusivamente por meio da razão.

Por outro lado, encontramos o mundo material, que é o mundo das coisas sensíveis. Ele é temporal e imperfeito. É o mundo da pluralidade e da multiplicidade, localizado no tempo e no espaço. É o mundo da matéria e, por isso mesmo, percebido pelos sentidos.

As Ideias são essências eternas, imutáveis e universais. São eternas porque não foram criadas nem podem ser destruídas; são imutáveis porque não sofrem qualquer tipo de alteração ou mudança; e são universais porque se manifestam em muitas e diversas coisas ao mesmo tempo. Toda e qualquer Ideia é sempre idêntica a si mesma, ou seja, é sempre **uma e mesma**, de per si.

Para Platão, o mundo ideal é o mundo real, porque é nas Ideias que encontramos o ser, a essência, das coisas. As Ideias platônicas são, assim, arquétipos ou padrões de tudo o que existe no mundo material. Neste sentido, as coisas sensíveis nada mais são do que cópias das Ideias inteligíveis. Desse ponto de vista, e dada a imperfeição que marca o mundo material, as coisas sensíveis não passam de meras aparências das Ideias inteligíveis. Sendo assim, pelo fato de tais coisas não serem nem existirem em si mesmas, mas

dependem da Ideia da qual é apenas sombra, é possível que em algum momento de sua aparição espaciotemporal cada uma delas possam se mostrar não sendo uma instanciação da Ideia da qual ela é sombra, mas se mostre exatamente como sendo o seu contrário.

Por exemplo, considere qualquer objeto no mundo sensível que tenha como propriedade aquilo que chamamos ‘cor vermelha’. Claro está que a Ideia da cor vermelha, ou seja, a sua essência, que seria algo do tipo: a ‘vermelhidão’, que não é encontrada em nenhum objeto no mundo material, nem mesmo corresponde a qualquer das tonalidades empíricas desta cor. Porém, é possível que, empiricamente, dois seres humanos olhem para um mesmo objeto sensível “c”, de cor vermelha, e estejam vendo coisas completamente diferentes (considere, por exemplo, a hipótese de o local onde um deles se encontra ter pouca incidência de luz e, com isso, ele não consiga enxergar a cor vermelha do objeto “c”).

Em resumo, do ponto de vista da teoria platônica das Ideias, as coisas sensíveis podem parecer o que são, mas também podem, por causa da imperfeição, limitação, finitude e contingência da sua própria existência, não parecer o que são, parecendo inclusive o seu contrário. Além disso, nada no mundo material é idêntico a si mesmo, uma vez que somente as Ideias o são.

Assim, a resposta correta da questão é a alternativa (c), pois as coisas parecem ser o que são e o seu contrário devido às suas imperfeições, e as muitas coisas não são idênticas a si mesmas porque somente as ideias são idênticas a si mesmas.

Por conseguinte:

- as alternativas (a) e (b) são incorretas porque somente a primeira asserção é que é verdadeira;
- a alternativa (d) é incorreta porque nem a primeira asserção é falsa nem a segunda asserção é verdadeira;
- a alternativa (e) é incorreta porque a primeira asserção é verdadeira.

Questão 18

Demos ao homem de bem e ao mau o poder de fazerem o que quiserem. Sigamo-los e vejamos aonde a paixão os vai conduzir. Vamos surpreender o homem de bem avançando na mesma estrada que o outro, conduzido pelo desejo de ter cada vez mais, desejo que qualquer natureza segue como um bem, mas que a lei constrange pela força ao respeito pela igualdade.

(Platão. *República*).

Tendo como referência o texto acima, analise as asserções abaixo.

O homem de bem não faz o mesmo que o mau

porque

a lei constrange pela força o homem de bem a seguir a igualdade.

Acerca desse enunciado, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) As duas asserções são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (a) porque as duas asserções são proposições verdadeira, dado o contexto exposto pela República, e a segunda é uma justificativa correta da primeira,

isto é, o que torna o homem de bem diferente do homem mau é que o primeiro se deixa constranger pela força da lei.

O excerto que compõe o enunciado da questão se encontra no Livro II da República de Platão, e apresenta um contraste entre as atitudes do homem bom e as de um homem mau. Como ilustração de seu argumento, Platão se utiliza da famosa história do anel de Giges. Na verdade, tal recurso é usado para esclarecer uma questão central a cerca da natureza humana e dos princípios éticos, a saber, se os homens são bons por natureza ou se todos eles são naturalmente maus.

De forma bem resumida, o cerne da história se resume no seguinte: certo dia, uma violenta tempestade acompanhada de um terremoto fendeu o solo e formou um precipício perto do lugar onde Giges, um pastor de ovelhas a serviço de um rei que governava a Lídia, pastoreava o seu rebanho. Assustado, desceu à fenda e viu um cavalo de bronze oco, com pequenas brechas. Ao olhar para dentro do cavalo, viu um cadáver de um homem que tinha na mão um anel de ouro. Giges pega o anel, coloca-o no dedo e volta. Numa reunião mensal dos pastores para prestar contas do rebanho ao rei, Giges virou o engaste do anel para o interior da mão e imediatamente se tornou invisível. Atônito com o que ocorreu, virou o engaste do anel novamente para fora e tomou-se visível. Daí, repetiu algumas vezes a experiência para ver se o anel tinha realmente esse poder. Estando no palácio real, e valendo-se desse poder, Giges seduziu a rainha, conspirou com ela a morte do rei, matou-o e obteve, assim, a ascensão ao poder. Na continuação da história nos é afirmado que se existissem dois anéis dessa natureza, e fosse dado um deles a um o homem bom e o outro a um homem mau, é provável que nenhum fosse de caráter tão firme para se perseverar na justiça e para ter a coragem de não se apoderar dos bens de outrem.

Esse relato de Giges contém a tese de Glauco, um dos personagens da República de Platão: ao mostrar que Giges, um homem bom, justo, ao adquirir um anel que lhe dava o poder de ficar invisível resolveu cometer várias iniquidades e injustiças, a ideia

central é a de que o homem só pratica a justiça por ser incapaz de cometer a injustiça sem ser punido. Desse modo, todos acreditam que há mais vantagens na injustiça do que na justiça. E, embora os homens concordem que é mais do que justo punir Giges por suas más ações, todos os homens agiriam do mesmo modo, caso possuíssem um anel semelhante ao dele. Deste ponto de vista, rigorosamente não há qualquer distinção entre um homem bom e um homem mau, dado que todos os homens são potencialmente corruptos, sendo apenas necessária que seja dada a eles a oportunidade de agir de tal maneira sem que haja a possibilidade de punição. Um dos pontos principais que decorre dessa tese central é a indispensável necessidade do estabelecimento de regras que determinem e ordenem a vida social, uma vez que, desse ponto de vista, nenhum homem é naturalmente virtuoso.

Tendo isso como base, e pontuando ainda mais especificamente o ponto de vista platônico, conclui-se que, se dermos aos homens o poder de fazerem o que quiserem, e os seguirmos, logo veremos que, se conduzidos pela paixão, teremos a surpresa de constatarmos que o homem bom avançará na mesma direção tomada pelo homem mau, no que diz respeito às ações. Isso ocorre porque, de acordo com a teoria platônica da moral, se conduzidos pelas paixões, qualquer homem terá o desejo de praticar injustiças, desejando ter cada vez mais e, assim, proporcionando desigualdades. Nesse sentido, um dos objetivos da lei é constranger, pela força, ao respeito pela igualdade.

Posto isso, quando analisamos as duas asserções da questão, logo verificamos que ambas são proposições verdadeira, e a segunda é uma justificativa correta da primeira, o que confirma a indicação da alternativa (a) como sendo a alternativa correta.

Por conseguinte:

- a alternativa (b) é incorreta porque as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segundo é uma justificativa correta da primeira;
- as alternativas (c), (d) e (e) são incorretas porque as duas asserções analisadas são verdadeiras.

Questão 19

Assim, a virtude é uma disposição para agir de uma maneira deliberada, consistindo numa mediania relativa a nós, a qual é racionalmente determinada e como a determinaria o homem prudente. Mas é uma mediania entre dois vícios, um pelo excesso, outro pela falta.

(Aristóteles. *Ética a Nicômaco*).

Com base no trecho acima, julgue as seguintes conclusões formuladas.

- (I) A virtude é uma mediania.
- (II) A mediania é um vício entre dois vícios.
- (III) O homem prudente determina racionalmente a virtude.
- (IV) Os vícios são excessos ou faltas.
- (V) O homem prudente não reconhece o vício.

Estão certas apenas as conclusões

- a) I, III e IV.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) II, IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (a), uma vez que, considerando o pensamento ético de Aristóteles, somente os itens (I), (III) e (IV) são verdadeiros.

No livro II da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles defende que há duas espécies de virtudes: as intelectuais e as morais. As virtudes intelectuais são o resultado do ensino e, por isso, requerem experiência e tempo. As virtudes morais, por sua vez, são aquelas adquiridas em resultado do hábito. Sendo assim, nenhuma virtude

moral surge em nós por natureza, mas as adquirimos pelo exercício, pela prática. À semelhança do que acontece com as artes, aprendemos-las fazendo (1103b).

Aristóteles concebe a virtude como uma disposição (1106a). Mas não qualquer disposição. Na verdade, ela é uma espécie singular de disposição: “uma disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e paixões” (1107a). O que mais diretamente caracteriza o tipo de disposição que é a virtude é o fato de ela ter que ser consistente com a “regra justa” do meio-termo. Segundo Aristóteles, essa regra é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática (1107a).

De acordo com a teoria ética de Aristóteles, as ações e paixões humanas podem ser realizadas sem serem direcionadas por esse princípio áureo. Sem o norte da “regra justa” do meio-termo, as ações e paixões humanas são marcadas pelo extremo do excesso ou da falta. Tais extremos são, de fato, formas de erros que caracterizam os vícios, exatamente por ultrapassarem os limites da “regra justa”. Nas palavras do estagirita, “nos vícios, ou há falta ou há excesso daquilo que é conveniente no que concerne às ações e às paixões” (1107a). Sendo, portanto, uma disposição consistente com o meio-termo, a virtude é uma mediania, o meio-termo entre dois vícios extremos.

Assim sendo, utilizando o princípio norteador da “regra justa”, um agente racional tem a capacidade de encontrar o meio-termo que irá qualificar a sua ação como sendo uma ação virtuosa. Entretanto, convém notar que a decisão de utilizar tal capacidade não depende somente da vontade do agente. Por definição, a virtude é uma “mediania relativa a nós”, os agentes, e, por isso mesmo, depende também das circunstâncias particulares nas quais esses agentes estão inseridos (1126b). Por isso, diz Aristóteles, “por ‘mediania relativa a nós’ quero dizer aquilo que não é nem demasiado nem muito pouco, e isto não é o único e o mesmo para todos” (1106a - b). Desse modo, a mediania aqui indicada não refere uma média aritmética entre os extremos, mas denota uma ação decorrente de

uma proporção justa, definida a partir das circunstâncias nas quais estão inseridos os agentes virtuosos. Quer isto dizer que, para agir virtuosamente, o agente tem que ser capaz de encontrar a justa medida a partir do contexto específico das circunstâncias particulares que deverão definir, naquele instante, o seu modo de proceder. Nesse sentido, não pode haver qualquer tentativa de sistematização do agir virtuoso, pois circunstâncias diferentes certamente exigirão ações virtuosas diferentes.

Disto isso, julguemos os itens I-V, como solicitado na questão:

*O item (I), “A virtude é uma mediania”, é **verdadeiro**, uma vez que, para Aristóteles, sendo, portanto, uma disposição consistente com o meio-termo, a virtude é uma mediania, o meio-termo entre dois vícios extremos.*

*O item (II), “A mediania é um vício entre dois vícios”, é **falso**, dado que, de acordo com a teoria aristotélica das virtudes, o vício é exatamente um extremo e não meios-termos. Portanto, a mediana não pode ser um vício.*

*O item (III), “O homem prudente determina racionalmente a virtude”, é **verdadeiro** porque, para o estagirita, a virtude é consistente com a “regra justa” do meio-termo, e esta é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. Portanto, a virtude é racionalmente determinada.*

*O item (IV), “Os vícios são excessos ou faltas”, é **verdadeiro** porque literalmente, nas palavras de Aristóteles, “nos vícios, ou há falta ou há excesso daquilo que é conveniente no que concerne às ações e às paixões” (1107a).*

*O item (V), “O homem prudente não reconhece o vício”, é **falso** porque, o homem prudente, virtuoso, é aquele que age racionalmente, e, sendo assim, sabe os limites do princípio norteador da “regra justa”. Qualquer falta ou excesso é imediatamente detectado por ele.*

Ora, dado que os itens (I), (III) e (IV) são os únicos verdadeiros, a resposta correta da questão é a alternativa (a).

Por conseguinte:

- a alternativa (b) é falsa porque, embora os itens (I) e (IV) sejam verdadeiros, o item (V) não o é;
- a alternativa (c) é falsa porque, apesar dos os itens (III) e (IV) serem verdadeiros, o item (II) é falso;
- a alternativa (d) é falsa porque, ainda que o item (III) seja verdadeiro, os itens (II) e (V) não o são;
- a alternativa (e) é falsa porque, ainda que o item (IV) seja verdadeiro, os itens (II) e (V) não o são.

Questão 20

Pirro afirmava que nada é nobre nem vergonhoso, justo ou injusto; e que, da mesma maneira, nada existe do ponto de vista da verdade; que os homens agem apenas segundo a lei e o costume, nada sendo mais isto do que aquilo. Ele levou uma vida de acordo com esta doutrina, nada procurando evitar e não se desviando do que quer que fosse, suportando tudo, carroças, por exemplo, precipícios, cães, nada deixando ao arbítrio dos sentidos.

(Diógenes Laércio. **Vidas e sentenças dos filósofos ilustres**).

Com base nesse texto, julgue as conclusões propostas nos itens a seguir.

- (I) Pirro foi um crítico do relativismo moral.
- (II) Os homens agem apenas segundo a lei e o costume.
- (III) Pirro não se desviava de nada, porque nada é mais isto que aquilo.
- (IV) Pirro levou uma vida de acordo com o arbítrio dos sentidos.
- (V) Pirro achava que nada existe do ponto de vista da verdade.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e IV.
- b) I, III e V.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) **II, III e V.**

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (e), que considera os itens (II), (III) e (V) como verdadeiros. De fato, o olhar atento ao excerto transcrito no enunciado já permite perceber que Pirro, o fundador da escola cética, defendeu uma forma de ceticismo radical. Ele tinha como tese principal a negação de que existam coisas verdadeiras ou falsas. Tudo o que é por nós, homens, julgado, o é por

meio de convenções e costumes, não por verdade ou por natureza. Ora, dado que não se é possível chegar à verdade das coisas, a melhor atitude diante é a suspensão de todo e qual quer juízo. Esse procedimento de suspensão ficou conhecido como ataraxia, isto é, ausência total de perturbação e paixão. Uma das consequências imediatas disso é a admissão de que todas as coisas são indiferentes. Pirro levou isso tão a sério que, segundo nos consta, ele não considerava nem mesmo os dados dos sentidos e andava sem olhar e sem se esquivar do que quer que seja.

Além dos conceitos de verdade e falsidade, o ceticismo admite que naturalmente não existem conceitos como a feiura e a beleza ou a bondade e a maldade. Do seu ponto de vista, todos esses conceitos são criações humanas e, por isso, Pirro os nega por não serem nada mais do que meras convenções. Por isso, não podemos fazer juízos sobre as coisas. Todos esses conceitos vão depender do que está convencionada nas relações sociais e não da natureza, e essa não faz convenções.

Desse modo, considerando os enunciados da questão, podemos perceber que:

*A primeira conclusão apresentada, “Pirro foi um crítico do relativismo moral”, é **falsa** porque Pirro sequer acreditava na existência de uma moralidade. Na verdade, para ele, não existe do ponto de vista da verdade. Sendo assim, não faria qualquer sentido criticar o relativismo moral.*

*A segunda, “Os homens agem apenas segundo a lei e o costume”, é **verdadeira** porque a negação de que existam coisas verdadeiras ou falsas implica que toda a nossa ação se dê por meio de convenções e costumes, e não por verdade ou por natureza.*

*A terceira conclusão, “Pirro não se desviava de nada, porque nada é mais isto que aquilo” é **verdadeira** porque, para o ceticismo pirrônico, todas as coisas são indiferentes.*

*A quarta conclusão, “Pirro levou uma vida de acordo com o arbítrio dos sentidos”, é **falsa** porque o ceticismo de Pirro é tão radical que ele nem sequer acreditava nos sentidos.*

A quinta conclusão, “Pirro achava que nada existe do ponto de vista da verdade”, é **verdadeira** porque essa é uma das principais teses do ceticismo.

Assim, uma vez que somente os itens (II), (III) e (V) são verdadeiras, confirma-se que a resposta correta da questão é a alternativa (e).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, embora o item (II) seja correto, os itens (I) e (IV) são falsos;
- a alternativa (b) é incorreta porque, apesar de os itens (III) e (V) serem verdadeiros, o item (I) é falso;
- a alternativa (c) é incorreto porque, apesar de os itens (I) e (V) serem verdadeiros, o item (IV) é falso;
- a alternativa (d) é incorreta porque, embora o item (III) seja correto, os itens (II) e (V) são falsos.

Questão 21

O nosso conhecimento natural tem origem nos sentidos. Portanto, a alma não conhece as coisas corpóreas por imagens que estão naturalmente dentro dela. O intelecto humano, unido ao corpo, tem como objeto a equididade ou natureza existente na matéria corpórea e, por tais naturezas, ascende do conhecimento das coisas sensíveis a um certo conhecimento das coisas invisíveis.

(Tomás de Aquino. **Suma Teológica I**).

Em cada uma das opções a seguir, há duas asserções ligadas pela palavra **porque**. Assinale a opção em que as duas asserções são verdadeiras, sendo a segunda uma justificativa correta da primeira.

- a) O ser humano não conhece nada que esteja acima do alcance dos sentidos porque nosso conhecimento se inicia a partir dos sentidos.
- b) O ser humano conhece a Deus tal como conhece uma coisa sensível porque nosso conhecimento abrange tanto as coisas sensíveis como as não-sensíveis.
- c) **O ser humano só pode ter um conhecimento imperfeito de Deus porque o específico de nosso conhecimento é partir das coisas sensíveis.**
- d) O ser humano pode conhecer todas as coisas sensíveis porque possuímos ideias inatas delas em nossa inteligência.
- e) O conhecimento do ser humano parte das coisas sensíveis porque sua natureza é a de um animal racional.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (c), pois, de acordo com a epistemologia tomista, o ser humano só pode ter um conhecimento imperfeito de Deus porque o específico de nosso conhecimento é partir das coisas sensíveis.

Tomás de Aquino é um empirista, e igualmente a todos os empiristas, para ele o conhecimento começa com a sensação. Os sentidos recebem informações do mundo exterior; são, por assim

dizer, passíveis em relação ao mundo. Contudo, isso ainda não é o conhecimento. Do ponto de vista tomista, a produção do conhecimento só ocorre quando o intelecto abstrair, dos particulares, a essência (quididade) delas. Para isso, o intelecto tem de ir até os “fantasmas” das coisas sensíveis e abstrair as imagens que estão lá em potência, e as transformar em ato, que é o conhecimento propriamente dito. Sendo assim, a alma não conhece as coisas corpóreas por imagens que estão naturalmente dentro dela. Esse tipo de inatismo não é encontrado em Tomás de Aquino. As imagens são abstraídas pelo intelecto humano e tem como objeto a essência existente na matéria corpórea. É, pois, por meio de tais essências que o intelecto ascende do conhecimento das coisas sensíveis a um certo conhecimento das coisas invisíveis.

Porém, para Tomás, não só há o conhecimento natural, cuja fonte é os sentidos. Há também o conhecimento sobrenatural, aquele que é revelado por Deus e discutido pela filosofia. Tomás distingue esses tipos de conhecimentos, mas não os separa, necessariamente. Para ele, ambos podem inclusive tratar do mesmo objeto. Embora não sejam domínios logicamente incompatíveis, esses dois tipos de conhecimento são atividades da alma psicologicamente diferentes, operando cada uma nos seus domínios. O domínio da razão inclui todas as verdades (filosóficas, científicas, psicológicas, éticas) adquiridas sem o auxílio da revelação divina, isto é, fora da revelação. São, portanto, verdades conhecidas unicamente pelo exercício da razão. O domínio da fé é o da teologia, que é baseada no conteúdo da revelação divina. Há, porém, um item no conhecimento que pode ser conhecido tanto pela fé quanto pela razão: o conhecimento de que Deus existe.

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, apesar de o nosso conhecimento se iniciar a partir dos sentidos, o ser humano pode conhecer algo acima do alcance dos sentidos. Verdades da teologia, por exemplo;
- a alternativa (b) é incorreta porque é falso que o ser humano conhece a Deus tal como conhece uma coisa sensível;
- a alternativa (d) é incorreta porque, o pensamento de que possuímos ideias inatas das coisas sensíveis é falsa;
- a alternativa (e) é incorreta porque, apesar de o conhecimento do ser humano partir das coisas sensíveis, isso não ocorre porque ele é um ser racional.

Questão 22

O nome ‘singular’ é tomado como tudo aquilo que é um único e não muitos, e não é destinado a ser signo de muitas coisas. E, tomado ‘singular’ assim, nenhum universal é singular, porque qualquer universal é destinado a ser signo de muitas coisas e destinado a ser predicado de muitas coisas. O universal é uma intenção da alma, destinada a ser predicado de muitas coisas. Pois todo universal, segundo todos, é predicable de muitas coisas; mas somente a intenção da alma ou o signo voluntariamente instituído é destinado a ser predicado, e não substância alguma; logo, somente a intenção da alma ou o signo voluntariamente instituído é universal.

(Guilherme de Ockham. **Lógica dos termos** (com adaptações)).

Com base no texto acima, julgue os itens seguintes.

- (I) O nome ‘singular’ é uma realidade extramental, que não é signo de muitos.
- (II) “intenção da alma” é o desejo que alguém tem de fazer o bem ou o mal.
- (III) O universal só existe na mente, não nas coisas.
- (IV) O universal é algo que possui um certo tipo de existência nas coisas.
- (V) O indivíduo participa do universal, pois diz-se que Sócrates é homem e que Platão também é homem.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e V.
- c) II e IV.
- d) II e V.
- e) III e IV.

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (a), uma vez que os itens (I) e (III) é que são verdadeiros.

De fato, ao tratar do importante Problema dos Universais, Ockham assume a definição de que o Universal é um predicado, ou seja, ele advoga uma posição nominalista e defende que os Universais não possuem existência real, factual. De fato, para ele, toda a realidade factual é singular. Ao afirmar isso, Ockham não nega que Universais existam. Para ele, universais existem, mas apenas na mente, ou seja, são entidades mentais. Desse modo, os universais não possuem qualquer essência; o universal é uma intenção da alma, pois somente a intenção da alma ou o signo voluntariamente instituído é que pode ser predicado, e não substância alguma.

Desse ponto de vista, o termo ‘singular’ deve ser usado para tudo que é um único e não muitos e, por isso, não é destinado a ser signo de muitas coisas. Concebendo o uso do termo ‘singular’ dessa maneira, nenhum universal pode ser é singular, dado que qualquer universal é destinado a ser signo de muitas coisas e destinado a ser predicado de muitas coisas.

Disto isso, e julgando os itens I-V, como solicitado na questão, temos que:

*O item (I), “O nome ‘singular’ é uma realidade extramental, que não é signo de muitos”, é **verdadeiro**, uma vez que, para Ockham, esses termos definem o que é o singular.*

*O item (II), “intenção da alma” é o desejo que alguém tem de fazer o bem ou o mal”, é **falso** porque, no contexto da discussão ockhamiana acerca dos universais, a expressão “intenção da alma” diz respeito a um ato mental, e não descreve nem aponta para nenhuma instância moral de bem ou mal.*

*O item (III), “O universal só existe na mente, não nas coisas”, é **verdadeiro** porque, de acordo com o nominalismo assumido por Ockham, o universal é concebido como algo mental e, por isso mesmo, não existindo nas coisas.*

*O item (IV), “O universal é algo que possui um certo tipo de existência nas coisas”, é **falso** porque os universais só possuem realidade mental e, por isso, não existem nas coisas.*

*O item (V), “O indivíduo participa do universal, pois diz-se que Sócrates é homem e que Platão também é homem”, é **falso** porque nada singular, como o caso de um indivíduo, participa do Universal.*

Dado que apenas os itens (I) e (III) é que são verdadeiros, confirma que a resposta correta da questão é a alternativa (a).

Por conseguinte:

- a alternativa (b) é incorreta porque, embora o item (I) seja verdadeiro, o item (III) é falso;
- as alternativas (c) e (d) são incorretas porque os itens (II), (IV) e (V) são falsos;
- a alternativa (e) é incorreta porque, embora o item (III) seja verdadeiro, o item (IV) é falso.

Questão 23

[Colocação da questão]: Parece que há uma insanável contradição na afirmação de que, de uma parte, Deus conhece antecipadamente todas as coisas e de que, de outra, subsiste alguma possibilidade de escolha pela nossa liberdade. De fato, se Deus (...), antecipadamente, conhece, desde a eternidade, não somente as ações humanas, mas também os designios e vontades, não existe, então, liberdade de decisão, porque não pode existir algum outro fato ou algum outro querer, a não ser aquele do qual a divina providência, imune a todo erro, já tenha tomado conhecimento antecipadamente. Se as coisas podem orientar-se de modo diverso do previsto, não haverá presciênciia segura do futuro, mas, antes, uma opinião incerta, coisa que é ímpio atribuir a Deus.

[Encaminhamento de resposta]: (...) Se é admissível um confronto entre o presente divino e o presente humano, como os humanos veem certas coisas em seu presente temporal, assim Deus vê todas as coisas em seu presente eterno. Portanto, esse conhecimento divino não muda a natureza e as propriedades das coisas, e as vê ante si mesmo tais como um dia existirão no tempo. Ele não confunde as características distintivas das coisas, mas, com a visão de unidade de sua mente divina, distingue as que acontecerão necessariamente e as que acontecerão sem necessidade. Assim, portanto, o olhar divino, distinguindo todas as coisas, não perturba em nada a qualidade das coisas mesmas que, com relação a ele são presentes, enquanto, com relação às condições de temporalidade, são futuras.

(Severino Boécio. *Consolatio Philosophiae* (com adaptações)).

Considerando o texto acima, julgue os próximos itens.

- (I) É certo que, se Deus conhece antecipadamente o futuro, então o homem não é livre.

- (II) É certo que, se o homem é livre, então Deus não conhece o futuro.
- (III) Se as coisas pudessem acontecer de modo diferente daquele como Deus as conhece, então Ele teria opinião e não, ciência.
- (IV) Deus e o homem conhecem as coisas da mesma maneira e, por isso, não há presciênciâ divina.
- (V) Na eternidade divina, todas as coisas são presentes, também aquelas que haverão de acontecer no tempo futuro.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) II e V.
- e) III e V.**

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é alternativa (e), que considera certos apenas os itens III e V. Realmente, de acordo com Severino Boécio, Deus conhece necessariamente todas as coisas em sua Divina Previdência, sua ciência é perfeita. Para Ele, todas as coisas são presentes, mesmo aquelas que haverão de acontecer no tempo futuro.

De fato, para Boécio, considerado o último romano e o primeiro escolástico, que marcou profundamente a história da filosofia tanto pelo seu papel como tradutor, passando muitas das obras clássicas do grego para o latim, como pela sua contribuição no campo da metafísica, da lógica e da teologia, a Previdência divina não exclui a liberdade humana. A Previdência divina revela que Deus tem o governo do mundo, isto é, que o mundo não está entregue ao acaso. Mas o fato de a Previdência divina conhecer perfeitamente todas as coisas, mesmo aquelas que ainda não aconteceram no tempo, não quer dizer que não haja liberdade.

Contudo, devemos ressaltar, de acordo com Boécio, apenas os seres racionais são livres. Deus é plenamente livre, porque sua

vontade é boa e porque Ele conhece tudo e escolhe o bem sempre. O homem é livre quando quer o que Deus quer, quando ama o que Deus ama e na medida em que busca o conhecimento. Conhecimento que, por sinal, Deus já possui plenamente. Quando o homem se afasta de Deus, suas escolhas se tornam más e ele deixa de ser livre porque se deixa dominar pelas coisas do mundo ou pelas paixões que tendem a puxá-lo para o vício.

É verdade que se pode levantar a questão da liberdade diante do pensamento de Boécio porque, se o homem é livre por querer o que Deus quer e amar o que Deus ama, pode parecer aos olhos de alguns como uma predestinação ou determinismo. Neste caso, Boécio convida seu interlocutor descrente da liberdade a fazer a seguinte experiência: procure separar Previdência divina e liberdade humana. Se você imaginar que Deus não prevê as coisas, então verá que não há nenhuma dificuldade para admitir a liberdade humana. Ora, isso mostra que também não há nenhuma dificuldade para admitir a liberdade humana pelo fato de Deus conhecer tudo em sua Divina Previdência. Deus conhece tudo porque pre-vê tudo. Ele conhece, necessariamente, todas as escolhas humanas, nenhuma delas é novidade para Ele. Mas Ele não conhece as escolhas humanas necessariamente, porque elas não são necessárias, elas são contingentes.

Boécio insiste ainda em mostrar que Deus conhece tudo como Providência, ele providencia a ordem das coisas que existem e esta ordem subsiste eternamente, nada na criação é estranho à ordem do Criador. Essa ordem, claro, tem um destino, ela mantém as coisas naturais funcionando segundo plano do criador. Mas Deus não conhece as ações humanas como destino, e sim como Previdência. A ordem do destino das coisas é eterna e eternamente conhecida por Deus, a ordem da Previdência realizada nas coisas é temporal. Por isso, é verdade que tanto o ser humano faz suas escolhas livremente, quando que a Previdência divina a tudo conhece, sem anular a liberdade humana.

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta, porque considera o item (I) certo e ele está errado. De acordo com Boécio, Deus conhece antecipadamente o futuro sim, mas isso não tira a liberdade do homem;
- a alternativa (b) é incorreta, porque ela considera os itens (I) e (IV) certos e eles estão errados. A ciência de Deus não elimina liberdade do homem e a maneira de Deus conhecer as coisas não é não é a mesma maneira com que o homem conhece as coisas. Deus tem presciênciia divina e o homem apenas alcança ciência humana;
- a alternativa (c) é incorreta, porque ela considera os itens (II) e (IV) certos, mas eles estão errados. Não é certo que pelo fato do homem ser livre Deus não conhece o futuro e a maneira de conhecer de Deus é diferente da maneira de conhecer do homem;
- a alternativa (d) é incorreta, porque ela considera o item (II) certo e, como já apontamos ao tratar da alternativa (c), o item (II) é errado.

Questão 24

Nada pode, de modo algum, manchar a alma, a não ser aquilo que procede da própria alma, isto é, o consentimento, pois só nele há maldade. Não há maldade nem no desejo que o precede nem na ação que a ele segue. (...) Deus leva em conta não as coisas que fazemos, mas o ânimo com que são feitas, e o mérito e o louvor de quem age consistem não na ação, mas na intenção.

(Pedro Abelardo. *Scito te ipsum* (ed. M.Dal Prà) (com adaptações))

De acordo com o texto acima, julgue os itens a seguir.

- (I) A maldade encontra-se nas ações que são feitas.
- (II) A intenção é a chave de compreensão da bondade ou maldade dos atos.
- (III) Decidir-se a matar alguém não é maldade; o mal é matar alguém de fato.
- (IV) Bondade ou maldade dos atos ou omissões medem-se pela intenção, não pelo resultado.
- (V) Deus julga os homens não pelas ações, mas pela intenção com que elas são realizadas.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) **II, IV e V.**

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (e), porque somente os itens (II), (IV) e (V) são verdadeiros.

A obra *Scito te ipsum*, cuja tradução livre é “conhece-te a ti mesmo”, é um dos últimos trabalhos de Pedro Abelardo. É uma obra de ética, escrita em dois livros, e trata de questões éticas tanto do ponto de vista filosófico quanto do teológico. O tema central desse

quase que desconhecido escrito de Abelardo é a Teoria da Intenção e a Definição de Pecado.

Abelardo elabora sua teoria ética em três planos, que estão intimamente interconectados. O primeiro plano é um plano, digamos, mais abstrato, no qual ele aborda questões mais gerais acerca do bem e do mal, e sua relação com o Deus Onipotente. No segundo plano, encontramos elementos centrais da teoria moral de Abelardo, sobretudo a sua análise de no que consiste um “ato ético”. Por fim, no último plano, temos aquilo que podemos chamar de ética prática, onde Abelardo considera aspectos de sua teoria ética e os aplica a circunstâncias e situações específicas.

No âmbito da sua Teoria da Intenção, Abelardo manifesta uma forte herança agostiniana, sobretudo no que diz respeito aos aspectos interiores das ações, inclusive as morais. Por serem interiores, os aspectos determinantes de um ato se encontram na alma, e não externamente no próprio ato.

Em tese, Abelardo faz uma distinção entre o desejo de realizar um ato, o próprio ato em si, e a intenção de realizar tal ato. O ato em si se caracteriza pela própria ação externa. O desejo é caracterizado como um mero anseio, decorrente de uma volição. Já a intenção, o aspecto mais importante de sua teoria, caracteriza-se por ser o consentimento do que se é desejado e, por isso, é uma etapa posterior ao desejo.

Tendo isso em mente, podemos analisar o excerto descrito no enunciado da questão sob análise. É-nos dito que “nada pode, de modo algum, manchar a alma, a não ser aquilo que procede da própria alma, isto é, o consentimento, pois só nele há maldade”. Para Abelardo, somente o que a alma consente é que pode maculá-la. Nada externo ou que não seja intencionado pela alma pode manchá-la. É o consentimento da alma que faz com que uma ação seja boa ou má. Nesse sentido, não há maldade nem no desejo, que precede o consentimento, nem na ação que a ele segue. Por isso, no contexto de seu julgamento, Deus não considera as coisas que fazemos externamente, mas, em sua análise, leva em conta o ânimo (o

consentimento) com que são feitas, e o mérito e o louvor de quem age consistem não na ação, mas na intenção da ação que, do ponto de vista de Abelardo, seria um desejo consentido pela alma.

Disto isso, e julgando os itens I-V, como solicitado na questão, temos que:

- o item (I), “*A maldade encontra-se nas ações que são feitas*” é falso porque a maldade se contra não na ação, mas no consentimento da alma de algum desejo;
- o item (II), “*A intenção é a chave de compreensão da bondade ou maldade dos atos*” é verdadeiro porque é o cerne da teoria moral de Abelardo;
- o item (III), “*Decidir-se a matar alguém não é maldade; o mal é matar alguém de fato*” é falso porque, para Abelardo, a maldade se encontra no consentimento, e não na ação em si;
- o item (IV), “*Bondade ou maldade dos atos ou omissões medem-se pela intenção, não pelo resultado*” é verdadeiro porque é a intenção que determina se um ato é bom ou mau;
- o item (V), “*Deus julga os homens não pelas ações, mas pela intenção com que elas são realizadas*” é verdadeiro porque, para Abelardo, em seu julgamento Deus considera as intenções e não meramente as ações.

Sendo assim, somente os itens (II), (IV) e (V) são verdadeiros, o que confirma que a resposta correta da questão é a alternativa (e).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, embora o item (II) seja verdadeiro, o item (I) é falso;
- a alternativa (b) é incorreta porque, embora o item (IV) seja verdadeiro, o item (I) é falso;
- a alternativa (c) é incorreta porque, embora o item (II) seja verdadeiro, o item (III) é falso;
- a alternativa (d) é incorreta porque, embora o item (IV) seja verdadeiro, os itens (I) e (III) são falsos.

Questão 25

A segunda via (para demonstrar a existência de Deus) procede da natureza da causa eficiente. Pois descobrimos que há certa ordem das causas eficientes nos seres sensíveis; porém, não concebemos, nem é possível que uma coisa seja causa eficiente de si própria, pois seria anterior a si mesma: o que não pode ser. Mas é impossível, nas causas eficientes, proceder-se até o infinito; pois, em todas as causas eficientes ordenadas, a primeira é causa da média e esta, da última, sejam as médias muitas ou uma só. E como, removida a causa, fica removido o efeito, se, nas causas eficientes, não houver primeira, não haverá média nem última. Procedendo-se ao infinito, não haverá primeira causa eficiente, nem efeito último, nem causas eficientes médias, o que evidentemente é falso. Logo, é necessário admitir uma causa eficiente primeira, à qual todos dão o nome de Deus.

(Tomás de Aquino. *Suma Teológica* I).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- (I) Desenvolve-se um argumento semelhante ao proposto por Santo Anselmo.
- (II) Articula-se um argumento cosmológico, que parte da constatação da relação causal entre os seres.
- (III) Nega-se qualquer possibilidade de se demonstrar a existência de Deus, porque ninguém o viu até hoje.
- (IV) É evidente o cunho aristotélico do argumento utilizado: partir dos dados dos sentidos, apelar para causas ordenadas.
- (V) Nas causas ordenadas, não se pode proceder ao infinito, devendo-se parar em uma causa primeira, que não é causada.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.

- c) II e III.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.**

Resposta comentada:

A resposta correta da questão é a alternativa (e), porque somente os itens (II), (IV) e (V) são verdadeiros. De fato, do ponto de vista tomista, a chamada segunda via da prova da existência de Deus é construída em torno da ideia da natureza da causa eficiente. O conceito tomista de causa eficiente é uma herança aristotélica e denota simplesmente qualquer causa capaz produzir algo.

Resumidamente, o argumento se apresenta da seguinte maneira: ao contemplamos o mundo, não demorará muito para podermos perceber que há certa ordem das causas eficientes nos seres sensíveis. Ou seja, os seres sensíveis seriam efeitos de tais causas. Contudo, não é possível concebermos, e nem é possível que de fato ocorra, que uma coisa seja causa eficiente de si própria, pois, do contrário, ela deveria ser anterior a si mesma, deveria ser causa e efeito ao mesmo tempo, e isso, como é evidente à razão, não pode acontecer. Ora, se nada pode ser causa de si mesmo, o que quer que exista no mundo é efeito de uma causa. Porém, não é possível que se proceda até o infinito nas causas eficientes. Se as causas são infinitas nunca chegaríamos aos efeitos. Sendo assim, deve ser admitido a existência de uma causa primeira, uma causa não causada, para explicar a cadeia de causas vistas no mundo. A essa causa chamamos Deus.

Disto isso, e considerando os itens I-V, como solicitado na questão, temos que:

- O item (I), “Desenvolve-se um argumento semelhante ao proposto por Santo Anselmo” é **falso** porque o argumento apresentado em nada se assemelha ao argumento ontológico proposto por Anselmo;
- O item (II), “Articula-se um argumento cosmológico, que parte da constatação da relação causal entre os seres” é **verdadeiro** porque, de

fato, no argumento tomista constatamos a relação causal entre as coisas sensíveis;

- O item (III), “Nega-se qualquer possibilidade de se demonstrar a existência de Deus, porque ninguém o viu até hoje” é **falso** porque o objetivo das vias apresentadas por Tomas é exatamente o de demonstrar a existência de Deus a partir das coisas criadas;
- O item (IV), “É evidente o cunho aristotélico do argumento utilizado: partir dos dados dos sentidos, apelar para causas ordenadas” é **verdadeiro** porque é nítida a herança tomista da teoria aristotélica das quatro causas, especialmente a causa eficiente;
- O item (V), “Nas causas ordenadas, não se pode proceder ao infinito, devendo-se parar em uma causa primeira, que não é causada” é **verdadeiro** porque, como já dito, se as causas fossem infinitas, jamais teríamos condições de chegar aos seus efeitos.

Sendo assim, dado que somente os itens (II), (IV) e (V) são verdadeiros, constata-se que, de fato, a resposta correta da questão é a alternativa (e).

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, embora o item (II) seja verdadeiro, o item (I) é falso;
- a alternativa (b) é incorreta porque, embora o item (IV) seja verdadeiro, o item (I) é falso;
- a alternativa (c) é incorreta porque, embora o item (II) seja verdadeiro, o item (III) é falso;
- a alternativa (d) é incorreta porque, embora o item (V) seja verdadeiro, os itens (I) e (III) são falsos.

Questão 26

A mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência.

(John Locke. **Ensaio acerca do entendimento humano** (com adaptações)).

Tendo como referência o texto acima, analise as asserções a seguir.

Para Locke, a mente é uma *tabula rasa* e não contém nada inscrito antes de qualquer contato do homem com a experiência

porque

todo o material da mente é constituído exclusivamente de ideias.

Considerando as afirmativas acima, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.**
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (b), pois de acordo com a teoria do conhecimento sustentada por Locke no

Ensaio Acerca do Entendimento Humano as duas asserções são verdadeiras.

De fato, para Locke, o conteúdo cognitivo da mente humana consiste mesmo de ideias. Mas, deve-se guardar esta ressalva: as ideias surgem, primeiramente, da experiência e, num segundo momento, do processo de composição realizado sobre as ideias provindas da experiência. Não há ideias inatas na mente humana e, não havendo ideias inatas na mente humana, a primeira asserção da questão se justifica plenamente como verdadeira. Além do mais, sendo todo o conteúdo epistêmico da mente humana constituído de ideias, a segunda asserção também se justifica como verdadeira, mas ela não serve de fundamento para a primeira, ela não é uma justifica da primeira asserção, ambas são independentes.

Realmente, em sua preocupação sobre como melhor e mais adequadamente funciona a mente humana, Locke procurou examinar quais são as capacidades e as funções do intelecto, a fim de descobrir quais são seus poderes e limites. Desse modo, chegou à conclusão que o inatismo deve ser rejeitado em todas as suas formas. A mente humana é como uma tabula rasa, nela não há nenhum conteúdo epistêmico anterior à experiência. O consenso universal, por exemplo, não serve como argumento para dizermos que há alguma ideia ou princípio inato na mente humana. O consenso universal, insiste Locke, simplesmente, não existe. Segundo ele, basta observarmos, por exemplo, que princípios como o da identidade e o da não-contradição não são encontrados nas crianças, nos deficientes mentais e até em alguns povos primitivos.

O que acontece, de fato, na mente humana é que ela obtém as ideias primárias da experiência e pela operação de combinação ela “gera” as ideias complexas, isto é, as ideias secundárias. A mente humana não pode inventar nem destruir ideias, ela recebe as ideias primárias da experiência e pensa sobre esse material empírico que lhe é dado, produzindo ideias derivadas ou secundárias.

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque, apesar de considerar as duas asserções verdadeiras, ela afirma que a segunda asserção é uma justificativa da primeira quando, de fato, não é. A segunda asserção apresenta uma informação adicional àquilo que foi asserido na primeira, mas a informação que ela apresenta não justifica o que foi asserido na primeira;
- as alternativas (c), (d) e (e) são incorretas porque as duas primeiras consideram que uma das duas asserções é falsa, e a terceira considera que as duas são falsas quando, na verdade, como vimos acima, ambas são verdadeiras.

Questão 27

Examinando com atenção o que eu era, e vendo que podia supor que não tinha corpo algum e que não havia qualquer mundo, ou qualquer lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que não existia; e que, ao contrário, pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas seguia-se mui evidente e mui certamente que eu existia; ao passo que, se apenas houvesse cessado de pensar, embora tudo o mais que alguma vez imaginar fosse verdadeiro, já não teria qualquer razão de crer que eu tivesse existido, compreendi por aí que era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material.

(René Descartes. **Discurso do método**)

Eu ou pessoa não corresponde a nenhuma impressão, consistindo naquilo a que todas as nossas várias impressões e ideias estão supostamente referidas. Se alguma impressão der origem à ideia de eu, esta impressão deve permanecer invariavelmente a mesma, durante toda a duração de nossas vidas, uma vez que se supõe que o eu existia desta maneira. Mas não há nenhuma impressão constante e invariável. A dor e o prazer, a tristeza e a alegria, as paixões e as sensações sucedem-se umas às outras, e nunca existem todas ao mesmo tempo. Não pode ser, portanto, de nenhuma destas impressões, nem de nenhuma outra, que nossa ideia de eu é derivada e, consequentemente, essa ideia não existe.

(David Hume. **Investigação sobre o entendimento humano**)

Considerando os trechos acima, assinale a opção **incorrecta**.

- a) O “eu” cartesiano independe da matéria, e sua certeza constitui-se pelo próprio pensamento.
- b) A dúvida, para Descartes, deve constituir-se como puro pensamento, a qual, metodologicamente, levará ao *cogito*.

- c) O pensamento, para Descartes, é algo que existe por si, daí ser uma substância.
- d) A crítica de Hume à denominada *identidade pessoal* tem como base sua doutrina empirista, estendida aqui à mente.
- e) Embora por caminhos diferentes, os dois autores chegam à mesma conclusão sobre a identidade do “eu”.**

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (e), haja vista que, mesmo seguindo caminhos diferentes, as investidas críticas dos filósofos René Descartes e David Hume à identidade do “eu” chegam à mesma conclusão. Pois, como é sabido, tanto para um quanto para o outro, o “eu” não é uma coisa entre as coisas do mundo. E, desse modo, é preciso considerar que, na ótica deles, o “eu” não se dá na experiência sensível, isto é, dele não se alcança nenhuma impressão.

De fato, em seu esforço para chegar a um fundamento sólido para a verdade, um fundamento que constitua ele mesmo uma verdade clara e evidente, Descartes chegou ao “eu” pensante. Uma vez que a tradição, os sentidos e a própria razão não foram capazes de lhe oferecer um fundamento seguro, dotado de clareza e evidências, somente o “eu”, no ato de pensar, se revelou capaz de resistir ao escrutínio rigoroso da dúvida metódica e apto a fundamentar a busca humana da verdade. Contudo, o “eu” pensante cartesiano não é um objeto do mundo como os demais objetos, ele é uma substância diferente da substância do mundo. O “eu” pensante é uma substância cuja propriedade essencial é ser pensante, e o mundo é uma substância cuja propriedade essencial é a extensão.

David Hume, por sua vez, afasta-se ceticamente da posição cartesiana de que o “eu” é uma substância e também de que a sua existência é uma verdade fundamental. Para ele, o conhecimento humano só alcança aquilo que é dado na sensação, portanto, não pode conhecer nenhuma “substância”, pois a sensação só é capaz de oferecer impressões das qualidades externas das coisas, não de sua substância, isto é, aquilo que “sub-existe”.

Ainda de acordo com Hume, além das impressões recebidas do mundo, todo o resto do conteúdo mental epistêmico é constituído de idéias produzidas pela própria mente humana. Consequentemente, claro, não é verdade que a existência do “eu” como substância pensante é uma verdade fundamental. Pelo contrário, a verdade é que o “eu” também é uma das idéias que a mente humana cria para poder lidar com a realidade interna. Mas ter essa idéia não implica conhecer o objeto a que ela pretende corresponder, o “eu” não é algo do mundo, dele não se tem nenhuma impressão e dele não se conhece nada a não ser aquilo que nós mesmos inferimos.

Por conseguinte,

- a alternativa (a) é incorreta porque, apesar de considerar que o “eu” independe da matéria, Descartes o considera uma substância e não uma realidade produzida pelo próprio pensamento;
- as alternativas (b) e (c) são incorretas porque, na ótica cartesiana, a dúvida é uma atividade do “eu”, não algo que se constitui como puro pensamento, nem algo que existe por si, mas, sim, a atividade própria do “eu”;
- a alternativa (d) é incorreta porque, de acordo com Hume, a base da crítica à denominada identidade pessoal é o ceticismo de que não alcançamos nenhum conhecimento do que não nos é dado como impressão, e não sua doutrina empirista propriamente falando.

Questão 28

Se queremos denominar a receptividade de nossa mente a receber representações na medida em que é afetada de algum modo, de sensibilidade, a faculdade de produzir ela mesma representações, ou a espontaneidade do conhecimento é, contrariamente, o entendimento. (...) Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas.

(Immanuel Kant. *Crítica da Razão Pura*)

A partir do texto acima, analise as asserções abaixo.

Para Kant, pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas

porque

faz-se necessária, para que ocorra conhecimento, a síntese das intuições com os conceitos.

A propósito dessas assertivas, assinale a opção correta.

- a) **As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (a), pois, de fato, as duas asserções apresentadas sobre o excerto da Crítica da Razão Pura são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

Como é sabido, na Crítica da Razão Pura, Kant procura estabelecer as condições de possibilidades do conhecimento. Segundo ele, o conhecimento acerca do mundo começa com a experiência sensível, quando os objetos são dados à intuição humana. No Jorro fecundo da intuição, a riqueza quase inesgotável do fenômeno apresenta-se na sensibilidade, para ser conhecida, sob as formas puras da intuição que são “espaço” e “tempo”. Tal profusão de conteúdo, porém, é desprovida de ordem. Pode-se até mesmo dizer que ela é cega para toda e qualquer ordem. O entendimento da razão, contudo, estruturado em seus esquemas e conceitos transcendentais, organiza o conteúdo dado na intuição e, aplicando-lhe seus conceitos, impõe uma ordem racional sobre ele.

Ao conceituar o conteúdo dado na sensibilidade, o entendimento o estrutura em juízos quantitativos, qualitativos, relacionais ou modais. E, ao fazer isso, configura toda a riqueza fenomênica que fora intuída na experiência e a transforma em conhecimento da razão. A síntese das intuições feitas com os conceitos da razão, então, mostra que, por um lado, sem os conceitos da razão as intuições são cegas, e, por outro lado, sem o conteúdo das intuições os conceitos, e os pensamentos formados com eles, são vazios.

Por Conseguinte,

- a alternativa (b) é incorreta porque, apesar de considerar as duas asserções verdadeiras, ela não assume que a segunda é uma justificativa correta da primeira, quando, de fato, ela é. Afinal de contas, para que ocorra o conhecimento a síntese dos conceitos com a intuição tem que acontecer, e, para que a síntese aconteça, nem os conceitos podem ser vazios, nem as intuições podem ser desprovidas de conceitos;
- as alternativas (c), (d), e (e) são incorretas porque a alternativa (c) considera a segunda asserção como falsa, a alternativa (d) considera a primeira asserção como falsa, e a alternativa (e) considera as duas asserções como falsas. Todas dissociam, indevidamente, uma asserção da outra e não levam em conta que a segunda, além de verdadeira, é uma justificativa da primeira.

Questão 29

As ações de pensar que só têm a mente humana como causa chamamos de volições. A mente humana, enquanto é concebida como causa suficiente para produzir tais ações, é chamada vontade. (...) Deve-se notar que, embora a alma humana seja determinada pelas coisas exteriores para afirmar ou negar, não é determinada a ponto de ser constrangida por elas, mas permanece livre, pois nenhuma coisa tem a capacidade de destruir a essência dela.

(Baruch Espinosa. **Pensamentos metafísicos** (com adaptações)).

Não é apenas nos fenômenos semelhantes ao seu, entre os homens e os animais, que reencontramos como essência íntima esta mesma vontade. (...) Pode-sevê-la na força que faz crescer e vegetar a planta e cristalizar o mineral; na comoção que ocorre no contato de dois metais heterogêneos (...) e até mesmo na gravidade que age com tanto poder sobre toda matéria e que atrai a pedra para a Terra assim com a Terra para o Sol.

(Arthur Schopenhauer. **O mundo como vontade e representação** (com adaptações)).

Tendo em vista os textos acima, julgue os itens subsequentes.

- (I) Os dois autores defendem uma mesma fundamentação da vontade.
- (II) Para Schopenhauer, a vontade pode ter um caráter irracional.
- (III) Mente e vontade são substâncias distintas, segundo Espinosa.
- (IV) A vontade é livre, segundo Espinosa.
- (V) A vontade é inexorável e se manifesta na Natureza, segundo Schopenhauer.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.**
- e) III, IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta nesta questão é a alternativa (d), porque, em sintonia com as posições filosóficas de Schopenhauer e Espinosa, constata-se que as proposições (II), (IV) e (V) são verdadeiras.

Realmente, de acordo com Schopenhauer, a vontade humana tem um caráter irracional, cujo domínio, cruel e inflexível, é responsável pelos absurdos e pelas desgraças da existência e da história. Na sua obra magna, *O Mundo como Vontade e Representação*, por exemplo, ele identifica o mundo da representação, isto é, o mundo dos fenômenos, com o mundo da razão, o mundo que a racionalidade humana constrói para tentar pôr ordem e sentido na sua existência, e identifica o mundo das coisas em si como sendo o mundo da vontade.

O mundo da vontade, segundo Schopenhauer, é o mundo real. Ele é o mundo das fatalidades, dos horrores e da maldade predadora dos indivíduos lutando para dominar as conquistas. Por isso, diferentemente do que propôs Hegel, a realidade suprema, a origem de tudo, não é a ideia ou a razão ou entendimento humano, mas, sim, a vontade cega.

A vontade é uma força tão real e inexorável, que não cede nem se abala diante de nenhuma força contrária. Ela é implacável, não pode ser amenizada. Quando alguma força tenta barrá-la, como o rio que contorna a pedra, ela ultrapassa tudo que se opõe ao seu governo e segue vitoriosa. Por isso, diante dela, a individualidade é pura ilusão. As individualidades são apenas objetivações da vontade, que é universal e, para conseguir seus fins e perpetuar-se em suas exteriorizações, serve-se dos seres inferiores e faz da própria razão seu instrumento.

Por outro lado, de acordo com Espinosa, a vontade não pode ser livre, porque ela não é uma faculdade, mas apenas um modo do pensamento. E, se ela é um modo de ser do pensamento, então, ela é apenas uma expressão determinada deste atributo da única e eterna substância, o que faz com que a liberdade seja apenas uma ilusão

que, no entender de Espinosa, deve ser compreendida em nossa condição real. E a nossa real condição é que somos parte da Natureza Criada, que é a manifestação da Natureza Criante, e estamos todos submetidos às suas leis.

Para sermos livres, teríamos que compreender a totalidade da Natureza e agir sobre ela, mas nossa mente percebe algumas coisas que afetam o corpo, não percebe a totalidade delas, pois o número delas ultrapassa a capacidade humana de perceber e ordenar as coisas. Consequentemente, o conhecimento que a mente alcança é parcial, tanto do mundo, como do corpo e de si mesma. Assim, a mente não é totalmente livre, mesmo que tenhamos a sensação do livre-arbítrio. Nós nos imaginamos livres porque ignoramos as causas que nos determinam.

Desse modo, a liberdade é, num primeiro momento, uma ilusão da consciência que ignora a grande variedade de causas que atuam e determinam sua maneira de pensar e sentir. Ela imagina que é causa primeira de uma ação e invoca seu poder total de domínio sobre o corpo e sobre si mesma. Mas, na verdade, ela é apenas parte da Natureza e só pode agir sob o efeito de inumeráveis causas; logo, no ser humano a liberdade não existe.

No entanto, à medida que o ser humano conhece as causas que o determinam, pode se deixar determinar, na medida do possível, apenas pelas forças relacionadas à sua preservação e saúde. Ele pode escolher o bem e o mal.

De fato, há o bem e o mal. Bem é o que ajuda na própria conservação, e mal é o que a ela traz prejuízo. Nesse contexto, perfeição significa aumentar o poder de agir, e imperfeição significa diminuir o poder de ação. A servidão às paixões é fruto do conhecimento inadequado e a “liberdade” é fruto da ciência, do conhecimento adequado. O homem é livre à medida que é guiado pela razão (não pela vontade), e o triunfo da razão é plenamente alcançado quando o ser humano chega ao conhecimento de Deus. A alma já não pode ser perturbada pela paixão. O homem livre assim

não age com perfidia, obedece às Leis da Natureza e do Estado e, com a mesma coragem, enfrenta ou evita a desgraça.

Por conseguinte,

- as alternativas (a), (b), (c) e (e) são incorretas porque assumem que as proposições (I) e (III) são verdadeiras quando, de fato, elas não o são. A proposição (I) é falsa, pois, como vimos, a fundamentação filosófica da vontade é bastante diferente nos dois autores. E a proposição (III) é falsa porque para Espinosa mente e vontade não são substâncias diferentes. Segundo ele, só há uma substância e tudo o mais é expressão dela.

Questão 30

Uma vez encontrado um primeiro paradigma com o qual conceber a Natureza, já não se pode mais falar em pesquisa sem qualquer paradigma. Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência. O resultado final de uma sequencia de tais seleções revolucionárias, separadas por períodos de pesquisa normal, é o conjunto de instrumentos notavelmente ajustados que chamamos de conhecimento científico. Estágios sucessivos desse processo de desenvolvimento são marcados por um aumento de articulação e especialização do saber científico. Todo esse processo pode ter ocorrido, como no caso da evolução biológica, sem o benefício de um objetivo preestabelecido, sem uma verdade científica permanentemente fixada, da qual cada estágio do desenvolvimento científico seria um exemplar mais aprimorado.

(Thomas Kuhn. **A Estrutura das Revoluções Científicas**)

Tendo o texto acima como referência e considerando a filosofia da ciência de Thomas Kuhn, julgue os itens que se seguem.

- (I) Para Kuhn, os paradigmas, em grande medida, governam algum estágio das ciências.
- (II) Em períodos de ciência normal, a ciência pode dispensar os paradigmas.
- (III) Identifica-se, no segundo parágrafo, uma definição kuhniana de conhecimento científico.
- (IV) Kuhn sugere um modelo evolucionista para descrever a dinâmica do saber científico; isso não é incompatível com alguma noção de progresso nas ciências.
- (V) O modelo evolucionista adotado por Kuhn é contraditório, pois, se não há uma verdade fixada, não pode haver ciência.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, III e IV.**
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (c), que considera, acertadamente, as proposições (I), (III) e (IV) como verdadeiras. De fato, segundo as posições de Thomas Kuhn, os paradigmas governam determinado estágio da ciência. Mais precisamente, o estágio da ciência normal.

Como é sabido, Thomas Kuhn sugere um modelo evolucionista dentro do período de um paradigma dominante para descrever o saber científico e o progresso da ciência. Mas, se compararmos o resultado da investigação sob o crivo de diferentes paradigmas, em linhas gerais, não temos uma base para falar de evolução, isto é, para afirmar que um paradigma é superior a outro. De modo que, no texto citado, ele está mesmo oferecendo uma definição de conhecimento científico ao dizer que o resultado final de uma sequência de relações revolucionárias, separadas por períodos de pesquisa normal, é o conjunto de instrumentos que chamamos de conhecimento científico. Pois, o conhecimento científico é o resultado do processo dinâmico, com estabelecimento e queda nos paradigmas, de produção do saber.

Tudo isso fica mais claro se levarmos em conta que Thomas Kuhn desenvolveu uma das mais importantes imagens contemporâneas da ciência. Ele se afastou do modelo da teoria que considerava a produção do conhecimento científico como algo que brota da observação neutra, por indução e é linear-cumulativo. E passou a assumir que a observação não é neutra, o método indutivo não se justifica e o conhecimento científico não é um saber definido, mas um produto marcadamente construtivo. De modo que, para ele,

a ciência se desenvolve numa dinâmica que tem períodos de ciência normal, onde a comunidade científica assume um paradigma específico, intercalados pelas chamadas revoluções científicas. Momentos estes que, para ele, são marcados pela chamada “ciência extraordinária”, que são momentos caracterizados pelas “anomalias”, isto é, pelas crises que abalam o paradigma dominante, e levam ao despontar de um novo paradigma.

Por conseguinte:

- as alternativas (a), (b), (d) e (e) são incorretas porque, de algum modo, consideram as proposições (II) e (V) como verdadeiras quando, na verdade, elas são falsas. As alternativas (a), (b) e (d) consideram a proposição (II) verdadeira, e as proposições (b) e (e) consideram a proposição (V) como verdadeira. Ambas, porém, são falsas porque, como se viu, nos períodos de ciência normal, a ciência não pode dispensar o paradigma, pelo contrário, ela funciona para confirmar o paradigma. E, além disso, o modelo de Kuhn não naufraga numa contradição por não admitir uma verdade fixa. Pelo contrário, para ele, a ciência é, exatamente, o trabalho de construção da verdade, à luz de um paradigma dominante.

Questão 31

Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua

liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade.

(John Locke. **Segundo tratado sobre o governo civil**)

De acordo com o texto acima,

- (I) os homens são coagidos por sua natureza a se reunir em sociedade.
- (II) há um momento real em que os homens entram em entendimento e criam a sociedade civil.
- (III) a sociedade civil tem como fim a promoção de uma vida confortável e segura.
- (IV) a sociedade civil impõe a submissão do indivíduo ao poder do Estado.
- (V) em estado de natureza, os homens são considerados livres e iguais.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e V.**
- e) IV e V.

Resposta comentada

A resposta correta desta questão é a alternativa (d), que considera como verdadeiras apenas as asserções (III) e (V), por

levarem em conta, acertadamente, que no estado da natureza o homem é livre e que a sociedade civil tem por finalidade promover uma vida confortável e segura a todos que fazem o pacto social.

De fato, no Segundo Tratado Sobre o Governo Civil, Locke considera o homem como um ser livre por natureza, o que não significa dizer que o homem possa fazer tudo que quer sem considerar nenhum tipo de lei. Realmente, no entender de Locke, é preciso entender que no estado de natureza o ser humano tem a lei natural para governá-lo e que todos os homens estão sujeitos a esta lei.

Conforme a razão ensina, todos são iguais perante o Criador. De modo que, isso impõe o dever para que ninguém prejudique seu semelhante em sua vida, saúde, liberdade ou posses. A liberdade do Estado de Natureza, portanto, é a ausência de restrição e de controle por parte dos outros, mas não ausência total de lei.

Essa liberdade, contudo, não conta com nenhuma garantia histórico-natural, senão aquela que o próprio homem consegue provê. Primeiramente, no esforço de providenciar, por meio da luta individual, os recursos necessários para sua vida, sua família, seu corpo, além da salvaguarda do produto do seu trabalho. E, depois, pela união com outros homens, firmando um pacto social, que dá origem à sociedade civil, a fim de garantir com maior sucesso a subsistência, a liberdade e os bens que adquiriu com seu trabalho.

Com o surgimento da sociedade civil, por meio do pacto, livremente assumido, cada homem que aceita viver na sociedade concorda que, diante em diante, vai se submeter à vontade da maioria. De modo que, para Locke, a força que faz a sociedade civil surgir é sempre o consentimento livre dos indivíduos. E, por conta disso, é radicalmente necessário para que o corpo social se mova numa só direção, que a força maior (a vontade da maioria) possa contar com o consentimento de todos como é previsto no pacto social. Abrindo mão do direito que possuíam no Estado de Natureza de julgar e punir individualmente e aderindo a tudo que é necessário para a preservação da sociedade.

Por conseguinte,

- a alternativa (a) é incorreta, pois ela considera as asserções (I) e (II) verdadeiras quando, na realidade, não são. Haja vista que, para Locke, os homens não são coagidos por natureza a se reunirem em sociedade e o pacto é feito livremente. E também não criam a sociedade por entrarem em entendimento, mas, sim, pela necessidade de conseguir segurança e conforto;
- a alternativa (b) é incorreta porque nem a natureza nem a sociedade civil impõem ao homem a vida em sociedade ou a submissão ao poder do Estado;
- a alternativa (c) é incorreta porque, apesar de afirmar que a asserção (III) é verdadeira, ela considera erroneamente, a (II) como sendo verdade quando, de fato, não é. A sociedade civil não surge porque, num dado momento real, os homens entram em entendimento;
- a alternativa (e) é incorreta porque, apesar dela afirmar que a asserção (V) é verdadeira, ela afirma, erroneamente, que a asserção (IV) é verdadeira. A sociedade civil não impõe uma submissão do indivíduo ao poder do Estado, o indivíduo reconhece o poder do Estado como desdobramento do pacto.

Questão 32

(...) “Verdadeiro e falso” é o que os homens dizem; e na linguagem os homens estão de acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre o modo de vida.

(L. Wittgenstein. *Investigações filosóficas*, § 241 (com adaptações)).

De acordo com o texto acima, analise as seguintes asserções.

Na linguagem, os homens estão de acordo

porque

a linguagem concerne apenas à verdade e à falsidade dos enunciados.

Acerca dessas afirmativas, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

(QUESTÃO ANULADA)

Questão 33

Ao argumentar a favor de sua Ética do Discurso, Apel e Habermas confrontam o cético moral com o que chamam uma contradição performativa. Segundo os autores, o interlocutor cético que procurar defender sua perspectiva perante os demais já estará comprometendo-se com os princípios da ética do discurso.

Com base na afirmação acima, julgue os itens subsequentes, a respeito dos princípios da ética do discurso.

- I - São pressupostos de todo e qualquer discurso.
- II - Exprimem regras semânticas da linguagem.
- III - Exprimem pressupostos do discurso de fundamentação racional.
- IV - Tipificam uma forma de ceticismo moral.
- V - Tornam possível o estabelecimento de uma situação de fala ideal.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) III e V.**
- e) IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (d) porque ela afirma, acertadamente, que as proposições (III) e (V) são verdadeiras. De fato, tanto para Apel quanto para Habermas, os princípios da ética do discurso exprimem pressupostos de fundamentação racional e tornam possível a consolidação de uma situação de fala ideal.

Apel, por exemplo, levanta a questão sobre a possibilidade de uma fundamentação racional última da filosofia cair na metafísica tradicional e sugere o que ele chama de “uma filosofia pós-metafísica”. Sua resposta, inspirada no Wittgenstein tardio, está ligada à procura das condições de possibilidade e validade do

conhecimento e da moral, situadas no próprio discurso, não no sujeito transcendental. O discurso só acontece porque tem por base um meta-discurso, de modo que a análise filosófica deve partir do discurso e voltar a ele mesmo. Assim sendo, a fundamentação última da ética do discurso surge da reflexão sobre as pressuposições da argumentação. Tal procedimento, sustenta Apel, não se pode refutar. Quem o tentar fazer, ao modo do cétilo moral radical, por exemplo, cairá numa autocontradição performativa, isto é, numa contradição entre o que se pensa e o que se diz.

Já para Habermas, o princípio da ética do discurso sustenta que os processos comunicativos desembocam, necessariamente, nas bases de uma norma moral que se manifesta como ética do discurso. Afastando-se dos paradigmas tradicionais, ele classifica a filosofia da linguagem como um modo de comunicação, isto é, como um modo de relação entre os interlocutores e seus comprometimentos ligados ao mundo social, que constitui a chamada Teoria da Ação Comunicativa. Desse modo, a Teoria da Ação Comunicativa estabelece um novo paradigma no estudo da linguagem, um paradigma alicerçado nas interações e nos processos de interlocuções dos sujeitos falantes, cuja base é a razão discursiva.

Por conseguinte,

- as alternativas (a) e (b) estão incorretas porque consideram certas as proposições (I) e (II) quando, de fato, elas estão erradas. Os princípios da ética do discurso não são pressupostos de todo e qualquer discurso, nem são expressões de regras semânticas. Eles são, sim, os pressupostos do discurso de fundamentação racional e constituem a base pressuposta para a construção de definições semânticas;
- as alternativas (c) e (d) estão incorretas porque consideram a proposição (IV) como certa quando, de fato, ela está errada. Os princípios da ética do discurso não tipificam nenhuma forma de ceticismo moral, mas, ao contrário, eles inviabilizam todo e qualquer ceticismo moral.

Questão 34

Uma das mais famosas frases de Sartre é “estamos condenados à liberdade”.

De acordo com o dito sartriano,

- (I) o ser humano é fruto do acaso.
- (II) não se pode fugir à necessidade de deliberar sobre as próprias ações.
- (III) não se pode agir livremente.
- (IV) no universo do humano está a medida das ações e da responsabilidade do homem.
- (V) o homem é o lobo do homem.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.**
- e) IV e V.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (d), que admite, apropriadamente, que somente as proposições (II) e (IV) como verdadeiras.

De fato, a frase sartriana “estamos condenados à liberdade” indica que o ser humano não pode fugir da necessidade de deliberar sobre suas próprias ações e, por conseguinte, que a responsabilidade por suas ações está no próprio horizonte humano.

A liberdade, na concepção de Sartre, como se sabe, tem um caráter factual, e este consiste no fato de que o ser humano não é livre para deixar de ser livre. O ser humano não tem liberdade para escolher não ser livre. Ou seja, ele é essencialmente um ser livre. Ele, no dizer de Sartre, é um ser condenado à liberdade, mesmo quando não quer ser livre, mesmo quando quer entregar sua liberdade ao

outro e não quer se apropriar de sua liberdade, ele é responsável por escolher isso.

Sartre também aborda a noção de liberdade a partir da situação. A situação em que a liberdade é exercida revela que o ser humano escolhe continuamente o seu objeto ou projeto, e essa escolha feita por ele controla a maneira como ele interpreta os objetos na sua vida cotidiana. E, como a consciência está sempre redefinindo seu projeto, ela está sempre escolhendo o seu fim; o ser humano mesmo é o único responsável pelas suas escolhas.

Posto no quadro relativismo e subjetivismo, sem dúvida, Sartre e sua noção de liberdade poderiam ser entendidos como suportes para um relativismo moral e o subjetivismo egoísta decididos a evitar a noção de responsabilidade. Tal maneira de entender Sartre e sua noção de liberdade, porém, seria inaceitável e falsa para com o pensamento do filósofo francês. De acordo com ele, o ser humano é responsável por suas escolhas. Cada escolha que ele faz é uma escolha humana. E, como ao escolher o ser humano tem diante de si infinitas possibilidades, cada escolha que o ser humano faz torna-se escolha humana, isto é, torna-se uma escolha que toda humanidade pode fazer também. Assim, ao escolher, o ser humano torna-se responsável por toda humanidade.

Visto que o ser humano é um ser livre, toda escolha é possível. Mas, porque toda escolha é possível ao ser humano, a responsabilidade por elas está em sua própria liberdade, está no âmbito do próprio ser humano.

Por conseguinte,

- as alternativas (a) (b) e (c) são incorretas porque todas elas consideram a proposição (I) como verdadeira quando, de fato, ela é falsa. Não estamos condenados à liberdade porque o ser humano é fruto do acaso, mas, sim, porque somos consciências e a consciência é um ser para si, um ser incompleto, um nada, um vazio. Além disso, a alternativa (b) considera a proposição (III) como verdadeira de modo absurdo. Para Sartre, o ser humano não somente pode agir livremente, ele é livre por essência;

- a alternativa (e), por sua vez, é incorreta porque, erroneamente, assume a proposição (V) como verdadeira, atribuindo a Sartre um pensamento que é próprio de Thomas Hobbes.

Questão 35

Em sua obra filosófica, Foucault desenvolve uma genealogia das relações humanas de forma a evidenciar mecanismos de poder que permaneceram à margem da história oficial da humanidade. De acordo com essa perspectiva, o ser humano não será capaz de mudar a sociedade enquanto não puder interferir nos mecanismos de poder que atuam à margem do Estado, na microestrutura das relações sociais.

De acordo com o texto acima, analise as asserções a seguir.

Há formas de opressão que não podem ser subsumidas aos mecanismos de coerção do aparelho do Estado

porque

só há no mundo real microrrelações de poder.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) **A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

Resposta comentada:

A resposta correta desta questão é a alternativa (c), pois, de fato, a primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda é falsa. Haja vista que, segundo Foucault, existem formas diversas de atuação do poder e de opressão que não se encontram no âmbito da ação do aparelho estatal.

Realmente, de acordo com o pensamento de Foucault, o poder não está apenas localizado nas instituições, pois ele não se encontra circunscrito no âmbito do aparelho estatal. Segundo o pensador francês, o poder encontra-se disseminado numa teia complexa, permeada de níveis, ações, interações e atores diferentes. Por isso, o esforço para compreender a realidade do poder deve concentrar-se em buscar e capturar as manifestações do poder em suas extremidades e em suas ramificações, o que exige do filósofo muito esforço para ultrapassar o âmbito do Direito, as esferas das Instituições e o próprio universo do Estado.

Visto em suas raízes remotas, então, o poder pode ser compreendido como uma ação sobre outras ações. Em seu exercício, quase onipresente, o poder emerge e atua nas situações macro e micro de produção do Direito, da Verdade e da Sociedade. Ele ultrapassa, em muito, o nível institucional-estrutural e atua na disciplina dos corpos, na construção do Direito e na formação da Sociedade Civil. De modo que, da formação do sujeito à formação da Sociedade, da disciplina do indivíduo às regras familiares e sociais, e da vida pessoal à vida pública, de maneira complexa e intrigante, encontra-se o poder e suas diferenciadas manifestações.

Por conseguinte,

- as alternativas (a), (b), (d) e (e) estão erradas. (a) e (b) consideram as duas proposições acima como sendo verdadeiras, mas, se pode notar, apenas a primeira proposição é verdadeira. E (d) e (e) consideram a primeira proposição falsa, quando, na verdade, apenas a segunda proposição é falsa. De fato, é falso afirmar que no mundo real só existe micro relações de poder, quando, na verdade, o poder é constituído por uma teia de macro e micro relações presentes no nível pessoal, interpessoal, social e institucional.

Referências

1. Bibliografia consultada para a resolução das questões

1.1. Manuais de História da Filosofia

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. 6. ed. Trad. de António Borges, Franco de Souza e Manuel Patrício. Lisboa: Editora Presença, 1999. ISBN 972-23-2505-1. (12 Volumes).

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã**: desde as origens até Nicolau de Cusa. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1988.

CLARK, Gordon. **De Tales a Dewey**: uma história da filosofia. Trad. de Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. ISBN 978-85-7622-420-4.

DURANT, Will. **A história da filosofia**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Edições Loyola, 2008. ISBN 978-85-15035267. (4 volumes)

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos à Wittgenstein. São Paulo: Jorge Zahar, 2010. ISBN 8571104050.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. 2. ed. Trad. de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2008. ISBN 978-85-349-2431-3. (7 volumes).

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Trad. de Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (3 volumes)

1.2. Outras obras

ARRUDA JÚNIOR, Gerson Francisco. A resposta de Pedro Abelardo ao problema dos universais. **Ágora Filosófica**. Recife, ano 3, n. 1 e 2, jan./dez. 2003, p. 69 - 82.

- CHAUI, Marilena de Souza. Baruch Espinosa: uma subversão filosófica. **Cult**, São Paulo, v. 9, n. 109, 2006.
- CHEVALLIER, J. J. **História do pensamento político**: o declínio do estado-nação monárquico. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983. Vol. 2.
- COSTA, Regenaldo da. **Ética do discurso e verdade em Apel**. Belo horizonte: DelRey, 2002.
- COPI, I. **Introdução à lógica**. 3. ed. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1981.
- FERRY, Luc. **Kant**: uma leitura das três críticas. Trad. de Karina Jannini. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GILLES, Thomas. **História do existencialismo e da fenomenología**. São Paulo: E.P.U., 1973.
- GILSON, E. **A filosofia na idade média**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. Trad. de Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural. (Coleção Pensadores)
- KUNH, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LEITE, Flamarion Tavares. **10 lições sobre Kant**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- LÉVY, Bernard-Henri. **O século de Sartre**. Trad. José Barros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

JOHN Locke. **Ensaio acerca do entendimento humano.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).

MELO, Nélio Vieira de. **A escolha de si como a escolha do outro:** liberdade e alteridade em Sartre. Recife: Instituto Salesiano de Filosofia, 2003.

PASCAL, G. **O pensamento de Kant.** Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2003.

PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de filosofia política.** Trad. José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2014.

REDYSON, Deyve. **Metafísica do sofrimento do mundo:** o pensamento filosófico pessimista. João Pessoa: Ideia, 2009.

ROSAS, João Cardoso (org.). **Manual de filosofia política.** Coimbra: Almedina, 2008.

ROSENFIELD, Denis L. **Descartes e as peripécias da razão.** São Paulo: Iluminuras, 1996.

SILVA, Bartolomeu Leite da. **Crítica e metacrítica:** de Kant a Habermas: estudos filosóficos sobre conhecimento e interesse (1968). João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes, a metafísica da modernidade.** São Paulo: Moderna, 2005.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault:** poder e análise da organizações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SMITH, Plínio. **O ceticismo de Hume.** 1. ed. São Paulo: Loyola, 1995. (coleção filosofia; 32)

SOUSA, Noé Martins de. **A filosofia de Kant:** a moral como fio condutor da articulação do sistema kantiano. Fortaleza: EdUECE, 2012.